Banco Santander

Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas em IFRS

30 de junho de 2026

2T 26

Banco Santander (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas

ÍNDICE **Pág**

Relatório da Administração 3
Balanço Patrimonial Consolidado Condensado 10
Demonstração Consolidada Condensada do Resultado 12
Demonstração Consolidada Condensada do Resultado Abrangente 13
Demonstração Consolidada Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido 14
Demonstração Consolidada Condensada dos Fluxos de Caixa 16
1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas condensadas e outras informações 17
2. Base para consolidação 20
3. Ativos Financeiros 22
4. Ativos não correntes mantidos para venda 24
5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos 25
6. Ativo imobilizado (tangível) 28
7. Ativo intangível - Ágio 28
8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis 30
9. Passivos Financeiros 30
10. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões 33
11. Patrimônio Líquido 36
12. Impostos sobre a renda 38
13. Detalhamento de contas de resultado 39
14. Plano de Benefícios a Funcionários 40
15. Segmentos operacionais 43
16. Transações com partes relacionadas 44
17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros 47
18. Outras Divulgações 51
19. Eventos Subsequentes 61
ANEXO I – Demonstração Consolidada Condensada do Valor Adicionado 62
Composição dos Órgãos da Administração em 30 de junho de 2026 63
Relatório do Comitê de Auditoria 65

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao período findo em 30 de junho de 2026, as Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas foram elaboradas de acordo com o IAS 34 Relatório Financeiro Intermediário.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026 serão divulgadas em 29 de julho de 2026 no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Conjuntura Econômica

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

❖ **Surpreendente resiliência da economia norte-americana**

A economia norte-americana voltou a surpreender positivamente, demonstrando resiliência mesmo diante da alta dos preços do petróleo e dos custos de energia. O mercado de trabalho permanece como principal destaque, com geração média de pouco mais de 100 mil empregos nos últimos meses, acima dos 75 mil do 1T26 e muito superior à média de 25 mil observada em 2025. A combinação de atividade sólida e inflação pressionada levou o Federal Reserve a adotar postura mais cautelosa. As projeções do comitê seguem divididas entre novos aumentos de juros e algum grau de flexibilização monetária, refletindo a elevada incerteza quanto ao cenário, agora reforçada pela posse de Kevin Warsh na presidência da Instituição.

❖ **Petróleo segue no centro da dinâmica macro global**

O principal vetor do segundo trimestre de 2026 continuou sendo a forte volatilidade dos preços do petróleo. Após atingir aproximadamente USD 120 por barril entre o fim de abril e o início de maio, o Brent recuou de forma expressiva, encerrando junho ao redor de USD 73 por barril, praticamente retornando aos níveis observados antes da escalada do conflito no Oriente Médio. Essa dinâmica foi determinada, sobretudo, pela evolução das tensões geopolíticas e pelo fluxo de petróleo no Estreito de Hormuz. Com a normalização dos preços, diminuíram as preocupações com novos impactos inflacionários de curto prazo decorrentes da energia. Ainda assim, o cenário permanece cercado de incertezas. Embora o conflito tenha perdido intensidade em relação aos meses anteriores e tenham ocorrido avanços pontuais nas negociações por um acordo de paz, as divergências entre as partes persistem. Como consequência, o risco de novos episódios de interrupção na oferta de petróleo continua presente, mantendo elevada a volatilidade dos preços e a incerteza quanto aos seus potenciais efeitos sobre a inflação e o crescimento global.

❖ **Bancos centrais reagem cautelosamente**

No campo da política monetária, o trimestre foi marcado por maior cautela dos principais bancos centrais. O Federal Reserve manteve a taxa básica inalterada nas reuniões de janeiro e março, preservando uma postura dependente de dados em um ambiente de inflação ainda acima da meta. Ao longo do trimestre, o Fed passou a sinalizar um cenário inflacionário menos benigno, com projeções mais altas para a inflação e menor convicção quanto à eventual retomada do ciclo de cortes, especialmente após o choque energético, que adicionou novos riscos altistas ao cenário. O banco central europeu também manteve os juros estáveis e reconheceu explicitamente que a escalada do conflito no Oriente Médio deve pressionar a inflação no curto prazo via energia. De forma geral, o ambiente global permaneceu em compasso de espera: a trajetória dos juros passou a incorporar maior incerteza diante de um choque adverso de oferta.

No ambiente doméstico

❖ **Atividade se mantém resiliente, mas sinais de moderação tornam-se mais visíveis**

A economia brasileira manteve desempenho melhor do que o esperado ao longo do 2T26, sustentada pelo consumo das famílias, pelo mercado de trabalho ainda dinâmico e pelo impulso remanescente das medidas de estímulo à renda implementadas no início do ano. Ao mesmo tempo, começaram a surgir evidências mais consistentes de desaceleração em segmentos mais sensíveis à política monetária, especialmente no crédito e em parte dos indicadores antecedentes de atividade. O balanço do trimestre reforçou a avaliação de que a economia caminha para uma desaceleração gradual. Nesse contexto, nossa projeção permanece de crescimento do PIB de 1,8% em 2026 e, agora, esperamos um avanço de 1,3% em 2027, ainda consistente com uma moderação saudável da demanda doméstica ao longo do horizonte relevante.

❖ **Inflação volta a mostrar melhora, mas expectativas permanecem desancoradas**

O 2T26 começou ainda sob os efeitos do choque de petróleo, mantendo pressão sobre os custos de produção. Esse impacto, contudo, foi parcialmente compensado pela apreciação do real, que ajudou a limitar o repasse para os preços domésticos. Ao longo do trimestre, a normalização gradual das cotações internacionais do petróleo reduziu as pressões sobre combustíveis, fretes e bens industriais, permitindo uma melhora do comportamento da inflação corrente. Apesar desse alívio, a inflação permaneceu acima da meta e as expectativas continuaram desancoradas, refletindo a resiliência da atividade econômica e as incertezas em torno do ambiente fiscal. Nesse contexto, mantemos a avaliação de que a convergência para a meta seguirá gradual e dependerá da manutenção de condições monetárias restritivas por período prolongado. Nossa projeção para o IPCA é de 5,0% em 2026 e 4,0% em 2027

❖ **Copom reforça postura cautelosa**

Ao longo do trimestre, o Banco Central manteve o processo de flexibilização monetária, mas reforçou a mensagem de que o espaço para cortes adicionais se tornou mais limitado. A combinação de expectativas de inflação persistentemente elevadas, política fiscal ainda expansionista e condições financeiras globais mais restritivas levou o Copom a adotar comunicação mais conservadora quanto à trajetória da Selic. A avaliação predominante passou a ser de que o custo de trazer a inflação de volta à meta aumentou, exigindo juros elevados por mais tempo. Em nosso cenário, projetamos que a taxa Selic encerre 2026 em 13,75% e 2027 em 12,75%, em um ciclo de afrouxamento mais gradual e condicionado à evolução da inflação e das expectativas, na esteira da postura fiscal e do grau de ociosidade da economia à frente.

Desempenho Consolidado

Lucro Líquido (recorrente gerencial)
R$ 6,8 Bilhões | **-9,5%** vs 1S25

Margem Financeira
R$ 31,2 Bilhões | **-0,5%** vs 1S25

Despesas Gerais
R$ 13,2 Bilhões | **+1,7%** vs 1S25

Comissões
R$ 10,8 Bilhões | **+4,1%** vs 1S25

Despesas com PDD
R$ 14,0 Bilhões | **+5,6%** vs 1S25

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pela continuidade da execução da nossa estratégia, mantendo a centralidade do cliente como elemento fundamental para a geração de valor. Seguimos fortalecendo nosso relacionamento com clientes, ampliando a diversificação das receitas e avançando na construção de uma operação cada vez mais sólida, eficiente e resiliente. Em termos de resultados, encerramos o semestre com lucro líquido gerencial recorrente de R$ 6,8 bilhões no período, redução de 9,6%, comparado ao mesmo período de 2025, reflexo de um cenário macroeconômico caracterizado pelo maior nível de endividamento das famílias e pela manutenção de taxa elevadas.

A receita total alcançou R$ 41,9 bilhões no período, com crescimento de 0,6% em relação ao primeiro semestre de 2025. A evolução dos resultados foi sustentada principalmente pelo desempenho dos negócios com clientes e pelo crescimento das receitas de serviços, reforçando a consistência do nosso modelo de negócios e a qualidade do nosso negócio.

A margem com clientes apresentou evolução de 2,2% no semestre, totalizando R$ 32,6 bilhões, refletindo o crescimento de nossa carteira de crédito de 5,8%, com destaque especial para as operações de financiamento ao consumo que cresceram 15,3%, bem como para as operações realizadas junto às pequenas e médias empresas, que apresentaram incremento de 11,4%. A margem com mercado, por sua vez, apresentou resultado negativo principalmente pela sensibilidade negativa ao aumento da taxa de juros e pelo menor resultado de tesouraria.

As receitas com comissões cresceram 4,1% no semestre, atingindo R$ 10,8 bilhões, com destaque para cartões crescendo 8,1% YoY, seguros 9,3% YoY e mercado de capitais 17,4% YoY. O resultado evidencia a crescente contribuição dos negócios de serviços para a geração de receitas recorrentes e reforça nossa estratégia de diversificação.

No âmbito da qualidade do crédito, o resultado de provisão para devedores duvidosos totalizou R$ 14,0 bilhões no primeiro semestre de 2026, crescimento de 5,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho reflete a manutenção de um ambiente macroeconômico desafiador, marcado por taxa de juros elevada, demandando maiores níveis de provisionamento no período. Em despesas, seguimos avançando em produtividade e eficiência operacional, totalizando R$ 13,2 bilhões no semestre, aumento de 1,7% na comparação com mesmo período de 2025, em ritmo inferior à inflação do período, demonstrando disciplina na gestão de custos e foco permanente na alocação eficiente de recursos. Seguimos comprometidos com a geração de resultados sustentáveis de longo prazo, apoiados por uma operação mais diversificada, uma gestão disciplinada de capital e riscos e pelo foco contínuo em oferecer as melhores soluções e experiências aos nossos clientes.

Demonstração de resultados gerencial [1]

(R$ milhões)	2T26	1T26	2T26 x 1T26	1S26	1S25	1S26 x 1S25
Margem financeira bruta	15.341	15.812	(3,0)%	31.153	31.318	(0,5)%
Comissões	5.334	5.435	(1,9)%	10.769	10.341	4,1 %
Receita total	**20.675**	**21.248**	**(2,7)%**	**41.922**	**41.659**	**0,6 %**
Resultado de PDD	(7.654)	(6.344)	20,6 %	(13.998)	(13.252)	5,6 %
Despesas gerais	(6.578)	(6.633)	(0,8)%	(13.211)	(12.986)	1,7 %
Outras receitas/despesas operacionais	(2.534)	(2.300)	10,2 %	(4.834)	(4.055)	19,2 %
Despesas tributárias	(1.453)	(1.453)	— %	(2.906)	(2.675)	8,6 %
Outros	81	65	24,1 %	146	257	(43,2)%
Lucro antes de impostos	**2.537**	**4.583**	**(44,6)%**	**7.120**	**8.949**	**(20,4)%**
Impostos e participações minoritárias	477	(795)	n.a	(318)	(1.429)	(77,7)%
Lucro líquido recorrente gerencial	**3.014**	**3.788**	**(20,4)%**	**6.802**	**7.520**	**(9,5)%**
Lucro líquido contábil	2.667	3.725	(28,4)%	6.393	7.372	(13,3)%

[1] O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados Contábeis, cujos mais relevantes referem-se à reclassificação entre margem e resultado de PDD de descontos, PDD sobre debêntures, além da reversão das amortizações sobre os ágios.

[2] O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados do livro BRGAAP.

Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Governança Corporativa

A estrutura de governança corporativa do Banco Santander (Brasil) S.A. está fundamentada em um modelo integrado de tomada de decisão, supervisão e gestão de riscos, alinhado às melhores práticas nacionais e internacionais de governança. Essa estrutura é composta pela Diretoria Executiva e pelo Comitê Executivo, integrado pelo Diretor-Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, bem como pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, responsáveis por apoiar o Conselho no desempenho de suas atribuições. Os Comitês de Assessoramento são: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

O Banco busca continuamente o fortalecimento da diversidade, da independência e da qualificação de seus órgãos de administração. Atualmente, o Conselho de Administração conta com cinco mulheres entre seus membros e 45% de conselheiros independentes, refletindo o compromisso da Instituição com uma governança corporativa plural, transparente e alinhada às melhores práticas de mercado.

Em 2026, o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a integrar o Programa CONFIA – Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal da Receita Federal do Brasil, iniciativa que promove um relacionamento baseado em transparência, confiança mútua e diálogo contínuo entre a Administração Tributária e grandes contribuintes. A admissão ao programa reconhece a maturidade da governança tributária, da gestão de riscos fiscais e dos controles internos da Instituição, reforçando seu compromisso com elevados padrões de conformidade, ética, transparência e segurança jurídica. (Serviços e Informações do Brasil)

As informações adicionais requeridas pela Lei nº 15.177/2025 serão divulgadas no Relatório da Administração, a ser disponibilizado aos acionistas na data da convocação da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/1976.

Informações adicionais sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander, bem como sobre a composição, atuação e principais deliberações do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, estão disponíveis no portal de Relações com Investidores, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e é supervisionada pelo Comitê de Auditoria, atuando de forma permanente, independente e objetiva em relação às demais funções e unidades da Organização. Sua missão é fornecer ao Conselho de Administração e à Alta Administração asseguração independente sobre a qualidade e a efetividade dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos, contribuindo para a proteção do valor da Organização, de sua solvência, sustentabilidade e reputação.

A função de Auditoria Interna possui certificação de qualidade emitida pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA), em reconhecimento à aderência às normas e melhores práticas internacionais da profissão.

Para cumprir suas atribuições e assegurar uma cobertura adequada dos riscos inerentes às atividades do Banco Santander, a Auditoria Interna utiliza metodologias e ferramentas desenvolvidas internamente. Destaca-se a matriz de riscos, utilizada no processo de planejamento para priorizar o universo auditável com base em critérios como risco inerente, resultados das avaliações anteriores, nível de implementação das recomendações de auditoria e relevância dos processos para a Organização. Os programas de trabalho são revisados periodicamente, de forma a refletir a evolução do ambiente de riscos, mudanças regulatórias e transformações no ambiente de negócios.

Em linha com seu papel de supervisão, o Comitê de Auditoria recomendou a aprovação do Plano Anual de Auditoria e do Relatório Anual da Auditoria Interna de 2026, os quais foram posteriormente aprovados pelo Conselho de Administração.

Pessoas

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura organizacional que busca contribuir para que pessoas e negócios prosperem. A autonomia, o protagonismo e a inovação ganham espaço, aceleram a transformação digital e aprimoram a oferta personalizada para os mais diversos segmentos da sociedade.

São 47.327 colaboradores, considerando todo o Grupo, comprometidos com a ambição de gerar experiências únicas e personalizadas ao cliente, de forma que sejamos o banco principal para cada um de nossos clientes.

Para isso, o banco investe continuamente na criação de em um ambiente onde a liderança é referência nos valores da organização, a cultura inclusiva faz com que que cada profissional se sinta reconhecido e engajado com a construção de sua carreira, a saúde e o bem-estar são centrais e a aprendizagem contínua está a serviço da melhoria constante da jornada do cliente e da evolução de cada colaborador. As oportunidades de crescimento são democratizadas e ao alcance de todos.

Sustentabilidade

A sustentabilidade integra a estratégia de negócios do Santander há mais de 20 anos e orienta nossa atuação na gestão de riscos, no desenvolvimento de soluções financeiras e na geração de impacto positivo para clientes, comunidades e sociedade.

No semestre, mantivemos foco nas frentes em que temos maior capacidade de contribuição: avaliação e mitigação de riscos sociais, ambientais e climáticos na concessão de crédito; apoio aos clientes na transição para uma economia de baixo carbono; e promoção de iniciativas de educação, empregabilidade, empreendedorismo e inclusão financeira.

Nossa atuação está concentrada nos temas mais relevantes para o negócio, considerando impactos, riscos e oportunidades, e é acompanhada por metas globais em áreas prioritárias, como descarbonização, inclusão financeira e cultura inclusiva. Essa agenda é sustentada por políticas, controles e estruturas de governança robustas, com o apoio da alta liderança.

Ao final do 2T26, destacamos os seguintes resultados:

Negócios sustentáveis

❖ Viabilizamos **R$ 24, 7** bilhões em negócios sustentáveis, incluindo emissões de títulos verdes, financiamento de energias limpas e produtos dedicados , como o CDC Solar e o CDC Veículos Elétricos e Híbridos, atingindo **R$ 57, 8 bilhões** na carteira[1] de crédito sustentável, com crescimento de 43% **(YoY**).

[1] Considera operações que se enquadram em nosso Sistema de Classificação de Finanças e Investimentos Sustentáveis (SFICS).

❖ Mantivemos a liderança de mercado em CBIOS (créditos de descarbonização) com 38% de market share.

❖ O Prospera Santander Microfinanças, que leva soluções financeiras a empreendedores, alcançou uma produção de microcrédito de R$ 2,4 bilhões. A carteira total cresceu 3,1% (YoY), atingindo R$ 3,3 bilhões, com uma base total de 1,1 milhão de clientes.

Além disso, o Prospera lançou o Seguro Prestamista para operações de microempréstimo. O produto garante a quitação integral do saldo devedor em caso de falecimento do titular ou de membros do grupo solidário, evitando a transferência da dívida aos demais integrantes e fortalecendo a proteção dos microempreendedores.

❖ Quatro operações foram desembolsadas pelo Santander no âmbito do Eco Invest Brasil, iniciativa do Governo Federal inserida no Plano de Transformação Ecológica que tem como objetivo mobilizar investimentos privados para projetos sustentáveis de longo prazo no país, com foco na atração de capital nacional e externo, totalizando **R$ 1,6 bilhão**. Os recursos apoiam iniciativas voltadas à transição dos nossos clientes para uma economia de baixo carbono e ao desenvolvimento sustentável, incluindo projetos como a construção de uma nova usina de etanol de milho, a substituição de caldeiras fósseis por geração de vapor industrial com biomassa, a construção de uma nova unidade industrial farmacêutica com certificação LEED (selo global de sustentabilidade para edificações) e a modernização da rede elétrica, com implantação de smart grids, redução de perdas e aumento da resiliência da infraestrutura elétrica;

❖ O Santander manteve a liderança em financiamento de veículos eletrificados, com market share de **53%** em veículos elétricos e **31%** em híbridos..

Impacto social

No último trimestre, o Social Integrado Santander fortaleceu sua atuação em 30 municípios de Pernambuco e do Maranhão por meio de iniciativas nas áreas de educação, cultura, empreendedorismo e esporte. As ações beneficiaram mais de **26 mil** crianças e adolescentes, capacitaram mais de **1.500** educadores.

Por meio do programa Pensar, realizamos iniciativas de educação financeira em escolas públicas para estudantes do ensino médio. A ação contou com a participação de **52 voluntários** e beneficiou **207 estudantes**.

Realizamos em Gravatá (PE), o Encontro Nacional do Amigo de Valor e do Parceiro do Idoso, nossas tecnologias sociais voltadas à garantia de direitos de crianças, adolescentes e pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social. O evento reuniu mais de **350 participantes**, entre conselheiros e equipes dos projetos apoiados, em uma capacitação voltada ao fortalecimento das políticas públicas e das redes de proteção.

Educação, empregabilidade e empreendedorismo

Realizamos o Santander Top Espanha 2026, programa de mobilidade acadêmica internacional que esse ano registrou **138 mil** inscrições e concedeu **100 bolsas** a estudantes e docentes de universidades brasileiras conveniadas para uma experiência na *Universidad de Salamanca*, na Espanha.

Promovemos o Santander Certificações Financeiras 2026 – 1º Semestre, programa de capacitação gratuita voltado a pessoas maiores de 18 anos que desejam ingressar ou se desenvolver no mercado financeiro, com preparação para as certificações ANBIMA CPA, C-Pro I e C-Pro R. Até junho, o programa registrou **114 mil** inscritos, concedeu **6 mil vagas** e disponibilizou **600 vouchers** para a realização da avaliação da ANBIMA

Desenvolvemos o Santander X Training for Business – IA para PMEs, programa realizado em parceria com a IE *University* e o Google, que disponibilizou capacitação gratuita em Inteligência Artificial aplicada aos negócios. Nesta edição, foram concedidas **388 bolsas.**

Realizamos o Acelera Tech AWS – Capacitação para PMEs e Startups, programa realizado em parceria com a *Amazon Web Services* (AWS), que ofereceu formação gratuita em tecnologia, computação em nuvem e transformação digital, apoiando empresas em diferentes estágios de maturidade na adoção de soluções inovadoras para seus negócios. Nesta edição, foram concedidas **329 bolsas** para PMEs e **135 bolsas** para startups, totalizando **464 bolsas** de capacitação.

Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes PricewaterhouseCoopers, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco Santander informa que no semestre findo em 30 de junho de 2026, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas relevantes, que gerem conflito de interesse, perda de independência ou impactem a objetividade de seus auditores independentes. A PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Consumo do Brasil.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 28 de julho de 2026).

.

Nosso propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem.
E acreditamos que tudo deve ser feito de um jeito:

Simples, Pessoal e Justo

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado condensado do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander" ou "Banco") e suas controladas, em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e de seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Edifício B32, 16º,
São Paulo, SP, Brasil, 04538-132
T: +55 (11) 4004-8000

Banco Santander (Brasil) S.A.

Outros assuntos - Demonstração Consolidada Condensada do Valor Adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada condensada referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada condensada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de julho de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Balanço Patrimonial Consolidado Condensado

ATIVO	Notas Explicativas	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades		**28.089.594**	**20.232.729**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	**3.a**	**245.076.847**	**262.407.149**
Instrumentos de Dívida		105.623.829	95.546.026
Instrumentos de Patrimônio		5.447.165	4.862.393
Derivativos	18	27.134.022	65.590.206
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		5.290.448	6.413.587
Reservas no Banco Central do Brasil		101.581.383	89.994.937
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	**3.a**	**62.079.150**	**69.446.583**
Instrumentos de Dívida		62.076.982	69.354.220
Instrumentos de Patrimônio		2.168	92.363
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	**3.a**	**831.776.429**	**800.545.822**
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito		61.588.546	35.947.923
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		552.895.747	558.134.969
Instrumentos de Dívida		126.307.680	114.708.615
Reservas no Banco Central do Brasil		90.984.456	91.754.315
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting	**18**	**41.989**	**217.492**
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	**4**	**1.590.525**	**1.413.215**
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	**5.a**	**3.514.293**	**3.517.094**
Ativos Fiscais		**68.147.732**	**65.060.517**
Correntes		14.623.116	14.205.687
Diferidos		53.524.616	50.854.830
Outros Ativos		**11.343.354**	**8.915.748**
Ativo Imobilizado (tangível)	**6.a**	**5.737.064**	**5.046.133**
Ativo Intangível		**33.161.938**	**33.226.983**
Ágio	7	27.769.947	27.844.674
Outros Ativos Intangíveis	8	5.391.991	5.382.309
Total do Ativo		**1.290.558.915**	**1.270.029.465**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas Explicativas	30/06/2026	31/12/2025
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	**9.a**	**73.202.005**	**112.471.311**
Derivativos	18	22.495.692	59.827.986
Posições Vendidas		50.252.044	49.380.059
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários		454.269	3.263.266
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	**9.a**	**1.051.789.698**	**992.386.546**
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito		160.962.783	146.867.521
Depósitos de Clientes		621.378.788	593.328.796
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários		156.704.844	156.662.290
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		31.657.370	28.113.937
Outros Passivos Financeiros		81.085.913	67.414.002
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting	**18**	**14.753**	**184.005**
Provisões	**10.a**	**13.035.819**	**11.804.482**
Obrigações para Fundos de Pensões e Obrigações Similares		1.013.324	1.357.203
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos, Compromissos e Outras Provisões		12.022.495	10.447.279
Passivos Fiscais		**8.884.920**	**9.388.832**
Correntes		4.226.035	4.799.733
Diferidos		4.658.885	4.589.099
Outras Obrigações		**14.538.655**	**17.241.145**
Total do Passivo		**1.161.465.850**	**1.143.476.321**
Patrimônio Líquido		**132.393.721**	**130.281.588**
Capital Social	11.a	65.000.000	65.000.000
Reservas de Capital	11.c	534.537	630.238
Ações em Tesouraria	11.d	(491.140)	(719.560)
Reserva de Lucros	11.c	67.350.324	65.370.910
Outros Resultados Abrangentes		**(5.119.055)**	**(5.108.058)**
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		**127.274.666**	**125.173.530**
Participações Não-Controladoras		**1.818.399**	**1.379.614**
Total do Patrimônio Líquido		**129.093.065**	**126.553.144**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.290.558.915**	**1.270.029.465**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado

	Notas Explicativas	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Receitas com juros e similares		43.039.312	40.645.279	85.473.714	79.395.832
Despesas com juros e similares		(27.238.735)	(25.710.424)	(53.563.447)	(49.635.245)
Receita Líquida com Juros		**15.800.577**	**14.934.855**	**31.910.267**	**29.760.587**
Receitas de instrumentos de patrimônio		18.145	19.381	30.843	46.388
Resultado de equivalência patrimonial	5.a	91.217	114.808	215.960	201.423
Receitas de tarifas e comissões		6.361.134	6.130.350	12.731.355	12.191.458
Despesas de tarifas e comissões		(2.270.564)	(1.936.699)	(4.455.784)	(3.785.543)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		6.717.115	1.291.497	18.271.566	3.787.413
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		6.592.900	1.650.391	17.743.493	5.063.383
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		(532.811)	(116.736)	(1.574.778)	(91.600)
Outros		657.026	(242.158)	2.102.851	(1.184.370)
Variações cambiais (líquidas)		(7.818.968)	(1.458.213)	(20.336.157)	(3.736.831)
Outras despesas operacionais (líquidas)		(301.630)	(110.797)	(489.128)	(308.659)
Total de Receitas		**18.597.026**	**18.985.182**	**37.878.922**	**38.156.236**
Despesas administrativas		(5.239.039)	(5.233.431)	(10.569.099)	(10.478.536)
Despesas com pessoal	13.a	(2.780.306)	(2.935.794)	(5.662.182)	(5.948.149)
Outras despesas administrativas	13.b	(2.458.733)	(2.297.637)	(4.906.917)	(4.530.387)
Depreciação e amortização		(659.756)	(621.318)	(1.323.037)	(1.324.653)
Ativo tangível	6.a	(240.513)	(246.198)	(481.449)	(577.084)
Ativo intangível	8	(419.243)	(375.120)	(841.588)	(747.569)
Provisões (líquidas)		(2.200.719)	(987.484)	(3.468.397)	(2.281.881)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(7.150.162)	(10.123.547)	(14.458.907)	(17.388.158)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e compromissos contingentes	3.b.2	(7.150.162)	(10.123.547)	(14.458.907)	(17.388.158)
Perdas com outros ativos (líquidas)		14.327	(86.835)	(21.223)	(177.962)
Outros ativos intangíveis	8	-	(18.233)	-	(18.233)
Outros ativos		14.327	(68.602)	(21.223)	(159.729)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda		(31.093)	28.913	(12.410)	40.264
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas		63.369	23.448	78.189	59.486
Resultado Operacional Antes da Tributação		**3.393.953**	**1.984.928**	**8.104.038**	**6.604.796**
Impostos sobre a renda	12	(431.270)	3.004	(1.859.805)	(1.465.280)
Lucro Líquido do Período		**2.962.683**	**1.987.932**	**6.244.233**	**5.139.516**
Lucro atribuível à Controladora		2.893.754	1.928.066	6.111.748	5.036.867
Lucro atribuível às participações não-controladoras		68.929	59.866	132.485	102.649

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado Abrangente

	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	**01/01 a 30/06/2026**	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido do Período	**2.962.683**	**1.987.932**	**6.244.233**	**5.139.516**
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	**(93.280)**	**1.113.811**	**(37.902)**	**1.045.563**
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	**(199.776)**	**1.429.156**	**(324.340)**	**1.395.125**
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(333.140)	2.493.668	(563.610)	2.772.430
Impostos	133.364	(1.064.512)	239.270	(1.377.305)
Hedges de fluxo de caixa	**106.496**	**(315.345)**	**286.438**	**(349.559)**
Ajuste ao valor justo	203.072	(601.316)	546.194	(666.555)
Impostos	(96.576)	285.971	(259.756)	316.996
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	**17.986**	**(247.096)**	**26.905**	**904.057**
Planos de Benefícios Definidos	**21.790**	**(276.529)**	**21.790**	**894.329**
Planos de Benefícios Definidos	40.349	(497.805)	40.349	1.666.973
Impostos	(18.559)	221.276	(18.559)	(772.644)
Outros	**(3.804)**	**29.433**	**5.115**	**9.728**
Contratos de Previdência	(7.677)	49.056	7.188	16.214
Outros	802	-	802	-
Impostos	3.071	(19.623)	(2.875)	(6.486)
Total do Resultado Abrangente	**2.887.389**	**2.854.647**	**6.233.236**	**7.089.136**
Atribuível à controladora	2.818.460	2.794.781	6.100.751	6.986.487
Atribuível às participações não-controladoras	68.929	59.866	132.485	102.649
Total	**2.887.389**	**2.854.647**	**6.233.236**	**7.089.136**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Demonstração Consolidada Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido

		Patrimônio líquido atribuível à Controladora													
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Ativos financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de Conversão de Investimento no Exterior	Contratos de Previdência - IFRS 17	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento	Total	Participações Não-Controladoras	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**65.000.000**	**630.011**	**61.453.920**	**(884.707)**	**—**	**(2.401.289)**	**(3.998.814)**	**859.370**	**(11.291)**	**(275.465)**	**(880.050)**	**119.491.685**	**335.447**	**119.827.132**
Total do Resultado Abrangente		**—**	**—**	**—**	**—**	**3.850.238**	**1.395.125**	**894.329**	**—**	**9.728**	**—**	**(349.559)**	**5.799.861**	**102.649**	**5.902.510**
Lucro Líquido Atribuível à Controladora		—	—	—	—	5.036.867	—	—	—	—	—	—	5.036.867	102.649	5.139.516
Outros Resultados Abrangentes		**—**	**—**	**—**	**—**	**(1.186.629)**	**1.395.125**	**894.329**	**—**	**9.728**	**—**	**(349.559)**	**762.994**	**—**	**762.994**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (1)		—	—	—	—	—	1.395.125	—	—	—	—	—	1.395.125	—	1.395.125
Plano de Benefícios a Funcionários (2)	18.b.2	—	—	—	—	(1.186.629)	—	894.329	—	—	—	—	(292.300)	—	(292.300)
Contratos de Previdência		—	—	—	—	—	—	—	—	9.728	—	—	9.728	—	9.728
Ganhos e Perdas - Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(349.559)	(349.559)	—	(349.559)
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	11.b	—	—	—	—	(3.000.000)	—	—	—	—	—	—	(3.000.000)	—	(3.000.000)
Remuneração baseada em ações		—	(129.686)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(129.686)	—	(129.686)
Ações em Tesouraria	11.d	—	—	—	161.885	—	—	—	—	—	—	—	161.885	—	161.885
Dividendos Prescritos	11.d	—	—	25.513	—	—	—	—	—	—	—	—	25.513	—	25.513
Lucro não Realizado		—	—	(66.546)	—	—	—	—	—	—	—	—	(66.546)	—	(66.546)
Outros		**—**	**—**	**(12.875)**	**—**	**1.385**	**—**	**—**	**—**	**—**	**—**	**—**	**(11.490)**	**555.922**	**544.432**
Venda / Incorporação / Aquisição		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	586.118	586.118
Outros		—	—	(12.875)	—	1.385	—	—	—	—	—	—	(11.490)	(30.196)	(41.686)
Destinações:															
Reserva para equalização de dividendos		—	—	851.623	—	(851.623)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldos em 30 de Junho de 2025		**65.000.000**	**500.325**	**62.251.635**	**(722.822)**	**—**	**(1.006.164)**	**(3.104.485)**	**859.370**	**(1.563)**	**(275.465)**	**(1.229.609)**	**122.271.222**	**994.018**	**123.265.240**
Mutações no Semestre		**—**	**(129.686)**	**797.715**	**161.885**	**—**	**1.395.125**	**894.329**	**—**	**9.728**	**—**	**(349.559)**	**2.779.537**	**658.571**	**3.438.108**

(1) Inclui os efeitos da classificação relativa à alteração no modelo de negócios (Nota 1.C4)

(2) As perdas permanentes associadas a Planos de Benefício foram transferidas para Lucros e prejuízos acumulados.

As reservas são distribuídas de acordo com os critérios societários da legislação local.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

		Patrimônio líquido atribuível à Controladora													
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Ativos financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de Conversão de Investimento no Exterior	Contratos de Previdência - IFRS 17	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ganhos e Perdas- Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento	Total	Participações Não-Controladoras	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**65.000.000**	**630.238**	**65.370.910**	**(719.560)**	**-**	**(1.256.323)**	**(3.235.202)**	**859.370**	**(12.450)**	**(275.465)**	**(1.187.988)**	**125.173.530**	**1.379.614**	**126.553.144**
Total do Resultado Abrangente		**-**	**-**	**-**	**-**	**6.098.620**	**(324.340)**	**21.790**	**-**	**4.313**	**802**	**286.438**	**6.087.623**	**132.485**	**6.220.108**
Lucro Líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	6.111.748	-	-	-	-	-	-	6.111.748	132.485	6.244.233
Outros Resultados Abrangentes		**-**	**-**	**-**	**-**	**(13.128)**	**(324.340)**	**21.790**	**-**	**4.313**	**802**	**286.438**	**(24.125)**	**-**	**(24.125)**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	(324.340)	-	-	-	-	-	(324.340)	-	(324.340)
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	(13.128)	-	21.790	-	-	-	-	8.662	-	8.662
Contratos de Previdência		-	-	-	-	-	-	-	-	4.313	-	-	4.313	-	4.313
Ganhos e Perdas - Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	286.438	286.438	-	286.438
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial – Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	802	-	802	-	802
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	-	(4.000.000)	-	-	-	-	-	-	(4.000.000)	-	(4.000.000)
Remuneração baseada em ações	11.d	-	(95.701)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(95.701)	-	(95.701)
Ações em Tesouraria	11.d	-	-	-	228.420	-	-	-	-	-	-	-	228.420	-	228.420
Dividendos Prescritos		-	-	15.242	-	-	-	-	-	-	-	-	15.242	-	15.242
Outros		**-**	**-**	**(134.710)**	**-**	**262**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(134.448)**	**306.300**	**171.852**
Outros		-	-	(134.710)	-	262	-	-	-	-	-	-	(134.448)	306.300	171.852
Destinações:															
Reserva para equalização de dividendos		-	-	2.098.882	-	(2.098.882)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho 2026		**65.000.000**	**534.537**	**67.350.324**	**(491.140)**	**-**	**(1.580.663)**	**(3.213.412)**	**859.370**	**(8.137)**	**(274.663)**	**(901.550)**	**127.274.666**	**1.818.399**	**129.093.065**
Mutações no Semestre		**-**	**(95.701)**	**1.979.414**	**228.420**	**-**	**(324.340)**	**21.790**	**-**	**4.313**	**802**	**286.438**	**2.101.136**	**438.785**	**2.539.921**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

Demonstração Consolidada Condensada dos Fluxos de Caixa

	Nota Explicativa	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Período		**6.244.233**	**5.139.516**
Ajustes ao Lucro		**8.213.767**	**12.071.814**
Depreciação do Ativo Tangível	6.a	481.449	577.084
Amortização do Ativo Intangível		841.588	747.569
Perdas com Outros Ativos (Líquidas)		21.223	177.962
Provisões (Líquidas)		3.468.397	2.281.881
Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)		14.458.907	17.388.158
Ganhos Líquidos na Alienação do Ativo Tangível, Investimentos e Ativos Não Correntes Mantidos para Venda		(65.779)	(99.750)
Participação no Resultado de Equivalência Patrimonial	5.b	(215.960)	(201.423)
Tributos Diferidos		(2.663.700)	(3.547.595)
Atualização de Depósitos Judiciais		(410.787)	(373.746)
Atualização de Impostos a Compensar		(731.631)	(216.826)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(138)	(1.437)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(6.771.560)	(4.660.063)
Outros		(198.242)	-
(Aumento) Decréscimo Líquido nos Ativos Operacionais		**(3.851.134)**	**1.873.350**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		15.686.165	(11.265.179)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		6.982.508	24.544.685
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(8.258.291)	(2.919.131)
Outros Ativos		(18.261.516)	(8.487.025)
Aumento (Decréscimo) Líquido nos Passivos Operacionais		**50.151.273**	**6.352.383**
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		(39.269.306)	4.805.395
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		83.354.558	(1.507.729)
Outros Passivos		6.066.021	3.054.717
Imposto Pago	**12**	**(3.429.786)**	**(3.845.626)**
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (1)		**57.328.353**	**21.591.437**
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Investimentos		**(2.627.174)**	**(1.624.050)**
Aumento em Participações		-	(7.500)
Ativo Imobilizado (tangível)		(1.434.252)	(505.844)
Ativo Intangível		(860.712)	(883.643)
Ativos não Correntes Mantidos para Venda		(332.210)	(227.063)
Alienação		**700.307**	**395.738**
Ativo Tangível		261.370	236.338
Ativo Intangível		85.795	92.401
Ativos não Correntes Mantidos para Venda		353.142	66.999
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		168.462	1.736.997
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (2)		**(1.758.405)**	**508.685**
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aquisição (Alienação) de Ações Próprias	11.d	228.420	161.885
Emissão (Recompra) de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		2.137.200	-
Emissão de Outros Passivos Financeiros Exigíveis a Longo Prazo		128.660.136	47.491.604
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(3.822.762)	(3.876.672)
Pagamentos de Outros Passivos Financeiros Exigíveis a Longo Prazo		(131.582.471)	(47.176.038)
Pagamentos de Juros dos Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(6.650.837)	(471.727)
Aumento (Decréscimo) em Participações Não-controladoras		-	586.118
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (3)		**(11.030.314)**	**(3.284.830)**
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (4)		**138**	**1.437**
Aumento (Redução) Líquido(a) nas Disponibilidades (1+2+3+4)		**44.539.772**	**18.816.729**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		**73.272.606**	**67.200.905**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		**117.812.378**	**86.017.634**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas condensadas e outras informações

a) Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras consolidadas condensadas para o semestre findo em 30 de junho de 2026, na reunião realizada em 28 de julho de 2026.

As referidas Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas foram objeto de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

b) Apresentação das Demonstrações financeiras consolidadas condensadas (preparadas de acordo com o IAS 34)

As Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas foram elaboradas de acordo com o IAS 34 Relatório Financeiro Intermediário. Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às Demonstrações Financeiras do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem as informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração. Não há alteração de práticas e políticas aplicáveis entre as Demonstrações financeiras consolidadas condensadas e as Demonstrações que estão publicadas no site de RI, com a data base de 31 de dezembro de 2025.

c.1) Novas normas e interpretações em vigor em exercícios futuros

· **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui o IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados.

Estas alterações são efetivas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

· **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** que permite a uma subsidiária fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade IFRS nas suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. A nova norma é eficaz para os períodos de comunicação com início em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação anterior. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

· **IFRS 20** – Ativos Regulatórios e Passivos Regulatórios: que estabelece requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de ativos e passivos regulatórios decorrentes de determinados tipos de regulação tarifária. A norma tem como objetivo fornecer informações mais relevantes e comparáveis sobre os efeitos da regulação tarifária nas demonstrações financeiras das entidades sujeitas a esse ambiente regulatório. A Administração não espera impactos materiais decorrentes da adoção dessa norma.

· **Alterações à IAS 28** – Investimentos em Coligadas e Joint Ventures: esclarece a aplicação da opção de mensuração ao valor justo para determinados investimentos em coligadas e joint ventures por entidades elegíveis. As alterações visam promover maior consistência na aplicação da norma e reduzir divergências observadas na prática. Administração não espera impactos materiais decorrentes da adoção dessa norma.

c.2) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com os IFRS, são a melhor estimativa da administração de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.2.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

A **Nota 18.c** das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas de 30 de junho de 2026, apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

ii. Provisões para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito de "Perdas com ativos financeiros (líquidas) – Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado" na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto à redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

iii. Obrigações para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

v. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período mínimo de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de

câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

vi. Expectativa de realização de créditos tributários de IR e CS

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera recuperar ou pagar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos de prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.
Outros ativos fiscais diferidos (créditos de prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são revistos na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

c.3) Alteração na estratégia de negócios

No primeiro trimestre de 2025, o Banco Santander alterou sua forma de gerir parte da carteira de títulos públicos pré e pós-fixados, instrumentos financeiros integrantes de sua carteira denominada ALCO (assets and liability management). A nova estratégia está baseada em um perfil de investimento de longo prazo, visando garantir maior estabilidade financeira, evitando volatilidade no patrimônio líquido do Banco (inclusive para fins prudenciais). De acordo com essa estratégia, o Banco Santander possui intenção e capacidade de manter referidos títulos até seus respectivos vencimentos.

A Administração adotou a classificação contábil de Custo Amortizado (CA) para parte da carteira ALCO, a qual melhor reflete o objetivo da estratégia do modelo de negócio (nota 3.a).

2. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na **Nota 5**.

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		Participação Direta	30/06/2026
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		Participação Consolidada
Controladas do Banco Santander					
Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	50.159	—	100,00 %	100,00 %
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	486.010	—	100,00 %	100,00 %
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	—	100,00 %	100,00 %
Rojo Entretenimento S.A.	Serviços	7.417	—	94,60 %	94,60 %
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Serviços de Meios Digitais	71.181	—	100,00 %	100,00 %
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	23.538.159	—	100,00 %	100,00 %
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	372.186	—	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora de Valores	14.067.672	14.067.672	99,99 %	100,00 %
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Corretora de Seguros	7.184	—	100,00 %	100,00 %
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Leasing	164	—	100,00 %	100,00 %
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Serviços de Tecnologia	241.941	—	100,00 %	100,00 %
Pulse Client Expert Ltda. (nova denominação social da SX Negócios)	Serviços de Call Center	75.050	—	100,00 %	100,00 %
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Serviços	545.236	—	100,00 %	100,00 %
Controladas da Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.					
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	—	50,00 %	50,00 %
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	—	100,00 %	100,00 %
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	610	—	100,00 %	100,00 %
Controladas da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	—	100,00 %	100,00 %
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	—	100,00 %	100,00 %
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Santander Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.	Corretora de Valores	43.044	—	100,00 %	100,00 %
Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A.	Investimentos	289.362	—	86,77 %	86,77 %
Controlada em Conjunto da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Auto S.A.	Seguradora	22.452	—	50,00 %	50,00 %

Fundos de Investimentos Consolidados:

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo;
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (2);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (2);
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Getnet Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios;
- Agro Flex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (2);
- Sainte Julie Fundo De Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Responsabilidade Limitada;;

- D365 – Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (2);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (2);
- Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada;
- San Preca Federal I Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada;
- Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Conretorno - Responsabilidade Limitada;
- Ararinha Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo;
- Hyundai Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
- Santander Módulo MX III Renda Fixa Referenciado DI CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINQIA Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINQIA II Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINQIA III Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
- Terras Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegocio - Fiagro - Resp Limitada; e
- Atena Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Segmento Infraestrutura De Responsabilidade Limitada.

(1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% dessas cotas.
(2) Fundo controlado pela Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Adicionalmente, foi consolidada a entidade Vert-11 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, pois o Banco Santander tem controle total sobre seus ativos.

a) Incorporação de Ações da Santander CTVM pela Santander DTVM

Em 30 de junho de 2026, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias da Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander CTVM") e da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM"), que aprovaram a incorporação das ações de emissão da Santander CTVM detidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. pela Santander DTVM. Com isso houve o aumento do capital social da Santander DTVM e emissão de novas ações para o Banco Santander (Brasil) S.A., totalizando o valor de R$ 191MM.

b) Incorporação da Esfera Fidelidade pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 30 de junho de 2026, a Esfera Fidelidade S.A. (“Esfera”) foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, o Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander Brasil”). A incorporação total da Esfera não implicou um aumento de capital social do Santander Brasil, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Esfera era detida pelo Santander Brasil e, portanto, o seu valor já era refletido em conta de investimento por equivalência.

c) Santander Financiamento firma Contrato para a aquisição de 49% de participação societária na Loop Gestão de Pátios S.A.

Em 22 de junho de 2026, a Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Santander Financiamento”), de um lado, e Loop AC Participações Ltda. e Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A., de outro lado, formalizaram um contrato de compra e venda de participação societária com vistas a aquisição, pela Santander Financiamento, de 49% do capital social total e votante da Loop Gestão de Pátios S.A. (“Loop”). O grupo Santander já detinha participação indireta na Loop por meio da Webmotors S.A. (“Webmotors”) e, com a operação, passará a deter também participação direta na companhia. A efetivação da operação está sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

d) Incorporação da Santander Holding Imobiliária e Solution 4Fleet

Em 30 de abril de 2026, foi aprovada a incorporação da Santander Holding Imobiliária S.A. (“SHI”) e da Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. (“S4F”) pela Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda. (“Tools”) para simplificar a estrutura societária, unificar processos contábeis e reduzir custos operacionais do Santander Brasil.

e) Banco Santander firma Contrato para a aquisição de 100% de participação societária de novas SPEs

Em 08 de abril de 2026, o Banco Santander (Brasil) S.A. obteve a aprovação do Banco Central do Brasil para a aquisição de 100% do capital social, total e votante, da BREF III Empreendimentos Imobiliários 4 S.A., BREF III Empreendimentos Imobiliários 5 S.A. e BREF III Empreendimentos Imobiliários 6 S.A., nos termos do contrato de compra e venda de ações firmado com o BREF III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Limitada. As referidas sociedades são titulares dos imóveis que compõem o Campus JK, onde será desenvolvido o empreendimento imobiliário destinado à nova sede do Santander. A efetivação da operação permanece sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à verificação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo a conclusão das obras e a obtenção do “Habite-se”.

f) Alienação da totalidade da sua participação societária na Galgo Sistemas de Informações S.A.

Em 20 de março de 2025, o Banco Santander (Brasil) S.A. e demais acionistas realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições da compra e venda das ações representativas da totalidade do capital social total e votante da Galgo Sistemas de Informações S.A. para a RTM – Rede de Telecomunicações para o Mercado Ltda. (“Operação”). Em 07 de maio de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. deixou de deter participação acionária da Galgo Sistemas de Informações S.A.

g) Alienação da totalidade da participação societária detida na Summer Empreendimentos Ltda.

Em 24 de fevereiro de 2025, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") e o Banco Santander (Brasil) S.A. realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos Ltda ("Summer"). com a RFM-E Ltda. ("Operação"). Em 29 de setembro de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. e a SHI deixaram de deter participação societária na Summer Empreendimentos Ltda.

3. Ativos Financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com "Disponibilidades" e "Derivativos utilizados como Hedge", em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 está demonstrada abaixo:

				30/06/2026
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	**101.581.383**	**-**	**90.984.456**	**192.565.839**
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquidos	**-**	**-**	**61.588.546**	**61.588.546**
Sendo:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	61.589.309	61.589.309
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(763)	(763)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	**5.290.448**	**-**	**552.895.747**	**558.186.195**
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos (1)	5.290.448	-	590.923.883	596.214.331
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(38.028.136)	(38.028.136)
Instrumentos de dívida, líquidos	**105.623.829**	**62.076.982**	**126.307.680**	**294.008.491**
Sendo:				
Instrumentos de dívida, bruto (2)	105.623.829	62.076.982	130.166.474	297.867.285
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(3.858.794)	(3.858.794)
Instrumentos de patrimônio	**5.447.165**	**2.168**	**-**	**5.449.333**
Derivativos	**27.134.022**	**-**	**-**	**27.134.022**
Total	**245.076.847**	**62.079.150**	**831.776.429**	**1.138.932.426**

				31/12/2025
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	**89.994.937**	**-**	**91.754.315**	**181.749.252**
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquidos	**-**	**-**	**35.947.923**	**35.947.923**
Sendo:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	35.949.344	35.949.344
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(1.421)	(1.421)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	**6.413.587**	**-**	**558.134.969**	**564.548.556**
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos (1)	6.413.587	-	591.732.899	598.146.486
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(33.597.930)	(33.597.930)
Instrumentos de dívida, líquidos	**95.546.026**	**69.354.220**	**114.708.615**	**279.608.861**
Sendo:				
Instrumentos de dívida, bruto	95.546.026	69.354.220	116.778.171	281.678.417
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(2.069.556)	(2.069.556)
Instrumentos de patrimônio	**4.862.393**	**92.363**	**-**	**4.954.756**
Derivativos	**65.590.206**	**-**	**-**	**65.590.206**
Total	**262.407.149**	**69.446.583**	**800.545.822**	**1.132.399.554**

(1) Em 30 de junho de 2026, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente a operações da carteira de crédito cedida é de R$15.260 (31/12/2025 – R$16.768).

(2) No 2º trimestre de 2025 uma parcela de títulos da carteira ALCO, no montante equivalente a R$ 23.190 milhões, passou a ser classificada na categoria de Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 1.c.4) gerando uma reversão dos ajustes de marcações a mercado sobre os títulos reclassificados impactando positivamente o patrimônio líquido em R$ 514 milhões líquidos dos efeitos fiscais (R$ 934 milhões bruto) na época..

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros

b.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Conforme indicado na nota explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado e exceto no caso de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em que as variações no valor justo são reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado, em "Outros resultados abrangentes".

Os débitos ou créditos em "Outros Resultados Abrangentes" provenientes das variações ao valor justo, permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Como parte do processo de mensuração ao valor justo, quando há evidência, de perdas no valor recuperável desses instrumentos, os valores deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros resultados abrangentes" e são reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Em 30 de junho de 2026 o Banco analisou as variações no valor justo dos diversos ativos que compõem essa carteira e concluiu que, nessa data, não houve diferenças significativas cuja origem poderia ser considerada como decorrentes de perdas de valor recuperável (impairment). Consequentemente, a totalidade das variações no valor justo desses ativos está apresentada em "Outros Resultados Abrangentes", sendo as movimentações ocorridas no período intermediário reconhecidas na respectiva demonstração consolidada.

b.2) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, outros valores com instituições de crédito, adiantamentos a clientes e Instrumento de Dívida

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em "Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, Outros Valores com Instituições de Crédito, Adiantamentos a Clientes e Instrumento de Dívida" (1) nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025 foram as seguintes:

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Saldo no início do período	**40.694.182**	**35.668.907**
Constituição (Reversão) para perdas com ativos financeiros	12.347.131	16.660.974
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(11.135.145)	(13.956.309)
Variação Cambial	(18.475)	(25.389)
Saldo no final do período (Nota 3.a)	**41.887.693**	**38.348.183**
Provisões para compromissos contingentes	841.534	454.770
Total da provisão para perdas de valor recuperável, incluindo provisões para compromissos contingentes decorrentes desses ativos	**42.729.227**	**38.802.953**
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	**376.207**	**669.077**
Desconto Concedido	**(2.487.983)**	**(1.396.261)**

(1) Inclui Provisão para Perdas de Contratos de garantias Financeiras Prestadas.

Considerando os valores reconhecidos em "Constituição (Reversão) para perdas com ativos financeiros", "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo" e "Desconto Concedido" totalizam R$14.458.907 e R$17.388.158 nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025, respectivamente.

Considerando o plano de atualização dos modelos de apuração da provisão para perda de valor recuperável (*impairment*), o saldo reconhecido de provisão complementar (P*ost Model* A*djustment*) é de R$1.389 milhões em 30 de junho de 2026, para atender a atualização dos parâmetros macroeconômicos e outros parâmetros relevantes dos modelos de cálculo de provisão para perda de valor recuperável (*impairment*) do Banco, em conformidade com o IFRS 9, o que resultou em provisões mais elevadas, refletindo um ambiente econômico mais complexo previsto.

c) Ativos não recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que: (i) ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida); (ii)

signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio; (iii) decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e (iv) por ocasião do processo de falência.

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos, adiantamentos a clientes e Instrumentos de Dívida" considerados como não recuperável devido ao risco de crédito nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025 são os seguintes:

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Saldo no início do período	**48.899.708**	**42.242.354**
Adições	17.505.609	12.521.015
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(11.699.626)	(11.023.481)
Saldo no final do período	**54.705.691**	**43.739.888**

d) Provisões para Perdas de Contratos de Garantias Financeiras Prestadas

O IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizado à despesa de provisão que reflita o risco de crédito no caso de garantias honradas e o cliente avalizado não cumprir com suas obrigações contratuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025.

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Saldo no início do período	**787.837**	**440.113**
Constituição (Reversão) de provisão para perdas de contratos de garantias financeiras prestadas	53.697	14.657
Saldo no final do período	**841.534**	**454.770**

4. Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso.

5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos

Controle Conjunto

O Banco Santander e suas controladas consideram os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

			Participação em %	
	Atividade	**País**	**30/06/2026**	31/12/2025
Controle conjunto do Banco Santander				
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%
Gestora de Inteligência de Crédito (1)	Birô de Crédito	Brasil	15,56%	15,56%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros				
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
Controlada da Webmotors S.A.				
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	Brasil	51,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A.	Technology	Brasil	66,67%	66,67%
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.				
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	Brasil	100,00%	100,00%
Controlada da Tecnologia Bancária S.A				
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Controlada da Tbnet				
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Influência Significativa do Banco Santander				
Núclea S.A.	Outras Atividades	Brasil	17,53%	17,53%
Pluxee Beneficios Brasil S.A.	Benefícios	Brasil	20,00%	20,00%
Santander Auto S.A	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros				
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%
Biomas - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras Atividades	Brasil	16,66%	16,66%
Webmotors S.A.	Outras Atividades	Brasil	30,00%	30,00%

	30/06/2026			31/12/2025		
	Ativo	**Passivo**	**Resultado**	**Ativo**	**Passivo**	**Resultado (3)**
Controle conjunto do Banco Santander	**17.551.562**	**17.427.482**	**124.080**	**15.619.966**	**15.299.248**	**321.664**
Banco RCI Brasil S.A.	16.401.701	16.252.119	149.582	14.406.307	14.060.196	346.111
Gestora de Inteligência de Crédito	1.149.861	1.175.363	(25.502)	1.213.660	1.239.052	(24.447)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	**2.888.801**	**2.853.463**	**35.338**	**3.169.143**	**3.184.741**	**(45.238)**
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	2.834.672	2.788.607	46.065	2.836.231	2.797.987	8.603
Hyundai Corretora de Seguros	12.216	10.868	1.348	11.069	8.676	2.393
Biomas - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. (1)	41.913	53.988	(12.075)	42.093	83.032	(40.939)
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A (2)	-	-	-	279.750	295.046	(15.295)
Influência Significativa do Banco Santander	**11.308.797**	**10.763.049**	**545.748**	**11.271.921**	**9.932.267**	**1.260.785**
Núclea S.A.	2.359.245	2.088.189	271.056	2.164.151	1.524.528	633.822
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	8.332.666	8.122.331	210.335	8.419.988	7.792.935	553.985
Santander Auto S.A.	616.886	552.529	64.357	687.782	614.804	72.978
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	**1.254.871**	**1.231.501**	**23.370**	**846.681**	**614.883**	**226.950**
Webmotors S.A.	1.254.871	1.231.501	23.370	846.681	614.883	226.950
Total	**33.004.031**	**32.275.495**	**728.536**	**30.907.711**	**29.031.139**	**1.764.161**

(1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, utilizada em 30 de junho de 2026 a posição de 31 de maio de 2026.

(2) Em 30 de junho de 2026 o Banco Santander deixou de exercer influência significativa sobre a empresa CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A, razão pela qual o investimento deixou de ser contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

(3) Os saldos apresentados correspondem aos montantes apurados no exercício de 2025.

	Investimentos		Resultado	
	30/06/2026	31/12/2025	**01/01 a 30/06/2026**	01/01 a 30/06/2025
Controle conjunto do Banco Santander	**592.112**	**534.505**	**55.313**	**43.942**
Banco RCI Brasil S.A.	548.210	485.793	59.670	45.124
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	-	428	25	37
Gestora de Inteligência de Crédito	43.902	48.284	(4.382)	(1.219)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	**4.166**	**3.492**	**674**	**352**
Hyundai Corretora de Seguros	4.166	3.492	674	352
Influência Significativa do Banco Santander	**2.363.569**	**2.370.206**	**145.066**	**126.776**
Núclea S.A.	320.932	314.434	57.997	56.510
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	1.911.135	1.933.758	54.877	56.735
Santander Auto S.A.	70.857	56.745	32.179	13.531
FIDC Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema X Responsabilidade Limitada	60.645	65.269	13	-
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	**554.446**	**608.891**	**14.907**	**30.353**
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	261.105	250.552	10.553	762
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	-	47.321	(731)	(2.639)
Biomas - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	3.816	3.946	(2.631)	(3.107)
Webmotors S.A.	289.525	307.072	7.716	35.337
Total	**3.514.293**	**3.517.094**	**215.960**	**201.423**

O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

b) Variação

Abaixo estão as variações no saldo desse item nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e de 2025:

	01/01 a 30/06/2026		01/01 a 30/06/2025	
	Controle Conjunto	**Influência Significativa**	**Controle Conjunto**	**Influência Significativa**
Saldo no início do exercício	**537.997**	**2.979.097**	**975.731**	**2.664.444**
Ajuste ao Valor de Mercado	2.747	(40.502)	(40.324)	(60.747)
Baixas	(452)	(47.322)	—	—
Resultados equivalência patrimonial	55.986	160.704	44.294	157.129
Dividendos propostos/recebidos	—	(136.464)	(7.114)	(196.162)
Adição / Aumento de Capital em Controlada em Conjunto	—	2.502	(18.692)	35.567
Saldo no final do período	**596.278**	**2.918.015**	**953.895**	**2.600.231**
Total dos Investimentos		**3.514.293**		**3.554.126**

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

d) Outras informações

Detalhes da principal empresa controlada em conjunto:

- **Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

6. Ativo imobilizado (tangível)

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não possui ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte como arrendatário de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os períodos encerrados em 30 de junho de 2026 e de 2025.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Terrenos e Edificações	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizados em Curso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.382.593**	**1.810.417**	**717.247**	**328.130**	**669.000**	**138.746**	**5.046.133**
Adições (1)	91.400	308.656	97.119	12.079	44.569	880.429	1.434.252
Baixas	(490)	(14.737)	(102.447)	(2.173)	(23.161)	(118.362)	(261.370)
Depreciações do período	(50.779)	(233.977)	(81.580)	(38.943)	(71.954)	(4.216)	(481.449)
Transferências	(358)	60.910	-	40.323	19.360	(120.737)	(502)
Saldos em 30 de junho de 2026	**1.422.366**	**1.931.269**	**630.339**	**339.416**	**637.814**	**775.860**	**5.737.064**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.515.947**	**2.124.656**	**1.059.363**	**371.584**	**844.995**	**105.355**	**6.021.900**
Adições	723	231.845	185.964	11.360	44.459	31.493	505.844
Baixas	(5.984)	(48.454)	(100.131)	(9.590)	(71.650)	(529)	(236.338)
Depreciações do período	(32.303)	(255.315)	(164.366)	(41.349)	(82.544)	(1.207)	(577.084)
Transferências	1.072	50.570	-	27.368	24.101	(105.712)	(2.601)
Saldos em 30 de junho de 2025	**1.479.455**	**2.103.302**	**980.830**	**359.373**	**759.361**	**29.400**	**5.711.721**

(1) Inclui valores pagos ao empreendimento Campus JK (nova sede do Banco Santander), vide nota 2.

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

Para uma melhor apresentação, foram realocadas as categorias das diferentes classes de ativos.

b) Perdas por não recuperação

No semestre findo em 30 de junho de 2026 houve impacto de uma despesa de R$ 6.359 de impairment (31/12/2025 – R$20.001) e perda em função de obsolescência e descontinuidade do ativo imobilizado no montante de R$ 11.610 (31/12/2025 - R$268.686).

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 30 de junho de 2026 o Banco possui compromissos contratuais para aquisição de ativo tangível, conforme descrevemos na nota 2"e", em 31/12/2025 R$ 0.

7. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IFRS 3 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (**Nota 1.c.3.1.v**) e foi alocado de acordo com o segmento operacional (**Nota 15**).

Ao longo do período, não foram identificados indicativos de perda do valor recuperável do ágio.

	30/06/2026	31/12/2025
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.566	27.217.566
Em Dia Serviços Especializados em Cobranças Ltda. (Nova denominação da Liderança Serviços Especializados em Cobranças LTDA.)	184.447	184.447
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	160.769	160.770
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)	62.800	62.800
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	-	42.135
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	21.303	21.304
Monetus Investimentos S.A.	39.919	39.919
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	35.483	35.483
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	-	32.590
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.381
FIT Economia de Energia S.A.	3.992	3.992
Vora Gestão e Consultoria de Energia e Gás S.A.	27.287	27.287
Total	**27.769.947**	**27.844.674**

	Banco Comercial
	31/12/2025
Principais premissas:	
Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos
Taxa de Crescimento Perpétuo (1)	4,0 %
Taxa de desconto antes de impostos (2)	18,5 %
Taxa de desconto (2)	12,2 %

	Em Dia	**Toro Corretora**
		31/12/2025
Principais premissas:		
Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa	
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos	5 anos
Taxa de Crescimento Perpétuo	3,6 %	3,6 %
Taxa de desconto	13,8 %	14,5 %

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

Um teste quantitativo de recuperabilidade de ágio é realizado anualmente.

Para os ágios reconhecidos sobre a aquisição do Banco Real e Olé, conforme detalhado nos quadros acima, ao término de cada exercício é realizada uma análise sobre a existência de indícios de *impairment*. No período findo em 30 de junho de 2026 e exercício de 2025 não houve evidências de *impairment*. No teste de recuperabilidade do ágio, as taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados.

8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis

A movimentação dos outros ativos intangíveis nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025, foi a seguinte:

	Movimentação de:					
	31/12/2025 a 30/06/2026			31/12/2024 a 30/06/2025		
	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total
Saldo inicial	**5.277.548**	**104.761**	**5.382.309**	**4.828.519**	**105.400**	**4.933.919**
Adições	853.084	7.628	860.712	804.157	79.486	883.643
Baixas	(7.154)	(3.914)	(11.068)	(22.707)	(25.595)	(48.302)
Transferências	1.627	(1)	1.626	6.066	7.502	13.568
Amortizações no período	(801.899)	(39.689)	(841.588)	(703.381)	(44.188)	(747.569)
Impairment no período	-	-	-	-	(18.233)	(18.233)
Saldo final	**5.323.206**	**68.785**	**5.391.991**	**4.912.654**	**104.372**	**5.017.026**
Vida útil estimada	**5 anos**	**Até 5 anos**		**5 anos**	**Até 5 anos**	

As despesas com amortização foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

9. Passivos Financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em “Derivativos utilizados como Hedge”, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

			30/06/2026
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	**Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado**	**Total**
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	160.962.783	160.962.783
Depósitos de clientes	-	621.378.788	621.378.788
Obrigações por títulos e valores mobiliários	454.269	156.704.844	157.159.113
Derivativos	22.495.692	-	22.495.692
Posições vendidas	50.252.044	-	50.252.044
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	31.657.370	31.657.370
Outros passivos financeiros	-	81.085.913	81.085.913
Total	**73.202.005**	**1.051.789.698**	**1.124.991.703**

			31/12/2025
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	**Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado**	**Total**
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	146.867.521	146.867.521
Depósitos de clientes	-	593.328.796	593.328.796
Obrigações por títulos e valores mobiliários	3.263.266	156.662.290	159.925.556
Derivativos	59.827.986	-	59.827.986
Posições vendidas	49.380.059	-	49.380.059
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	28.113.937	28.113.937
Outros passivos financeiros	-	67.414.002	67.414.002
Total	**112.471.311**	**992.386.546**	**1.104.857.857**

b) Composição e detalhes

b.1) Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos à vista (1)	1.295.489	1.951.466
Depósitos a prazo (2)	134.362.948	119.636.099
Operações compromissadas	25.304.345	25.279.956
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	25.304.345	25.279.956
Total	**160.962.782**	**146.867.521**

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento à exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

b.2) Depósitos de clientes

	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos à vista	**86.513.080**	**85.108.276**
Contas correntes (1)	35.295.265	31.906.984
Cadernetas de poupança	51.217.815	53.201.292
Depósitos a prazo	442.546.668	431.658.793
Operações compromissadas	92.319.040	76.561.727
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados	22.464.615	18.906.726
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	69.854.425	57.655.001
Total	**621.378.788**	**593.328.796**

(1) Contas não remuneradas.

b.3) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	30/06/2026	31/12/2025
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	53.857.031	53.374.694
Eurobonds	16.370.802	18.052.632
Letras financeiras (2)	42.128.363	38.233.834
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	36.624.721	38.740.151
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	6.565.428	11.524.245
Recursos de Aceites Cambiais	1.612.768	-
Total	**157.159.113**	**159.925.556**

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de junho de 2026 possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2034 (31/12/2025 – com prazo de vencimento entre 2025 e 2035).

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2026, possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2036 (31/12/2025 – com prazo de vencimento entre 2025 e 2035).

(3) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de junho de 2026, possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2045 (31/12/2025 – com prazo de vencimento entre 2025 e 2035).

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores imobiliários" no semestres findo em 30 de junho de 2026 e de 2025 foram as seguintes:

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Saldo no início do período	**159.925.556**	**139.678.128**
Emissões	128.660.136	315.566
Pagamentos	(131.582.471)	—
Juros	1.975.908	6.471.879
Variação cambial e outros	(1.820.016)	(593.608)
Saldo no final do período	**157.159.113**	**145.871.965**

A Composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	2026	2025
2021	2031	Até 15%	2.453.757	2.608.545
2022	2035	Até 15%	1.185.095	1.247.459
2023	2031	Até 15%	318.498	2.022.920
2024	2033	Até 15%	2.221.341	2.568.847
2025	2040	Até 15%	4.483.212	9.604.861
2026	2036	Até 15%	5.708.899	-
Total			**16.370.802**	**18.052.632**

(1) Inclui taxa SOFR - Secured Overnight Finance Rate.

b.4) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência, são os seguintes:

	Emissão	Vencimento	Valor em milhões	Taxa de juros (a.a.)	30/06/2026	31/12/2025
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-21	nov-31	5.300	CDI+2%	10.057.637	9.321.771
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-21	dez-31	200	CDI+2%	379.212	351.467
Letras Financeiras - Nível II (1)	out-23	out-33	6.000	CDI+1,6%	8.690.325	8.070.433
Letras Financeiras - Nível I (2)	set-24	sem prazo (perpétuo)	7.600	CDI+1,4%	7.964.974	7.982.784
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-25	dez-35	2.363	CDI+0,65%	2.385.257	2.387.482
Letras Financeiras - Nível II (1)	mar-26	mar-36	708	CDI+0,55%	734.244	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	mar-26	mar-36	42	IPCA+ 8%	44.751	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	abr-26	abr-36	20	CDI+0,55%	20.573	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	mai-26	mai-36	706	CDI+0,6%	714.499	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	jun-26	jun-36	660	CDI+0,6%	665.898	-
Total					**31.657.370**	**28.113.937**

(1) Letras Financeiras emitidas em Novembro de 2021 à Junho de 2026 possuem opção de resgate e recompra.

(2) Letras Financeiras Subordinadas Perpétua (sem prazo de vencimento) possuem opção de resgate e recompra e pagamento de juros semestral.

As letras possuem as seguintes características comuns:

(a) As letras poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5° (quinto) aniversário contado da data de emissão das letras, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às letras; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025 foram as seguintes:

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Saldos no início do período	**28.113.937**	**23.137.784**
Emissão	2.137.200	-
Juros Nível I (1)	364.774	540.016
Juros Nível II (1)	7.692.296	1.121.582
Pagamento de juros - Nível I	(6.650.837)	(471.727)
Saldo no final do período	**31.657.370**	**24.327.655**

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

10. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

	30/06/2026	31/12/2025
Obrigações para fundos de pensões e obrigações similares	1.013.324	1.357.203
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	12.022.495	10.447.279
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	496	496
Processos judiciais e administrativos	11.029.371	9.495.060
Sendo:		
Cíveis	3.694.360	3.459.137
Trabalhistas (1)	4.780.748	3.835.099
Fiscais e Previdenciárias	2.554.263	2.200.824
Provisões para compromissos contingentes	841.534	787.837
Provisões diversas	151.094	163.886
Total	**13.035.819**	**11.804.482**

(1) No segundo trimestre, o Banco revisou a metodologia e os parâmetros utilizados na mensuração das contingências trabalhistas (massificadas). A reavaliação, adotada de forma prospectiva, reflete a melhor estimativa da Administração na data-base das demonstrações financeiras.

b) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

b.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - 172 milhões (31/12/2025 - R$ 167 milhões no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R$ 377 milhões (31/12/2025 - R$ 335 milhões no Consolidado): o Banco e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na **Nota 10.b.4**.

PIS e COFINS - Remuneração sobre Depósitos Compulsórios – R$ 1.322 milhões (31/12/2025 - R$ 995 milhões) no Banco e R$ 1.322 milhões (31/12/2025 - R$ 995 milhões) no Consolidado e está integralmente provisionado. A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do PIS e da COFINS sobre a remuneração dos depósitos compulsórios realizados junto ao BACEN. Em 2024, foi proferida sentença favorável, a qual foi objeto de recurso por parte da Fazenda Nacional.

b.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são estimadas por meio de modelo estatístico. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo a com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

b.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais.

Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos seria de 5 anos a partir da data dos planos. Desta forma, com essa decisão, como as ações civis públicas foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

Em maio de 2025, houve o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental(ADPF) número 165 reconhecendo a constitucionalidade dos planos Bresser, Verão, Collor I e II e garantindo aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo e fixando prazo de 24 meses para novas adesões dos poupadores.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

b.4) Passivos Contingentes Fiscais, Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R$ 37.815 milhões no Consolidado (31/12/2025 - R$ 37.518 milhões no Consolidado), sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/98, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/ COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 30 de junho de 2026, o valor envolvido é de R$ 2.437 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 12.260 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 3.767 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 6.502 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 1.190 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 2.835 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas. O primeiro período autuado, aguarda análise de recurso no CARF. Com relação ao período de 2009 a 2012, houve ajuizamento de ação para discussão da parcela de IRPJ, em razão do encerramento desfavorável no administrativo. Para a parcela de CSLL deste mesmo período, requeremos a desistência do Recurso Especial apresentado, visando o aproveitamento dos benefícios instituídos pela Lei nº 14.689/2023 (voto de qualidade). Também foi movida ação judicial para a parcela remanescente. Aguarda-se julgamento. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 860 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. Foi proferida decisão desfavorável na primeira instância, será apresentado recurso ao Tribunal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 740 milhões.

IRRF – Remessa Exterior - A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável a qual foi reformada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Será apresentado recurso ao STJ e STF. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 495 milhões.

As ações de natureza trabalhistas e cíveis com classificação de perda possível totalizaram R$ 1.518 milhões e R$ 2.108 milhões, respectivamente, no Consolidado.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requer a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

						Em Milhares de Ações
			30/06/2026			31/12/2025
	Ordinárias	**Preferenciais**	**Total**	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**
De Domiciliados no País	116.388	142.349	258.737	129.745	155.583	285.328
De Domiciliados no Exterior	3.702.307	3.537.487	7.239.794	3.688.950	3.524.253	7.213.203
Total	**3.818.695**	**3.679.836**	**7.498.531**	**3.818.695**	**3.679.836**	**7.498.531**
(-) Ações em Tesouraria	(5.502)	(5.502)	(11.004)	(13.666)	(13.665)	(27.331)
Total em Circulação	**3.813.193**	**3.674.334**	**7.487.527**	**3.805.029**	**3.666.171**	**7.471.200**

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio efetuadas em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

							30/06/2026
		Reais por Milhares de Ações/Units					
	Em milhares	**Bruto**			**Líquido**		
	de Reais	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Unit**	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Unit**
Juros sobre o Capital Próprio (1)(3)	2.000.000	255,17	280,69	535,86	210,52	231,57	442,09
Juros sobre o Capital Próprio (2)(3)	2.000.000	254,62	280,08	534,70	210,06	231,07	441,13
Total	**4.000.000**						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 09 de janeiro de 2026, pagos no dia 05 de fevereiro de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2026, pagos no dia 05 de maio de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2026.

31/12/2025

	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(6)	1.500.000	191,68	210,84	402,52	162,92	179,22	342,14
Juros sobre o Capital Próprio (2)(6)	1.500.000	191,39	210,53	401,92	162,68	178,95	341,63
Juros sobre o Capital Próprio (3)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (4)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (5)(6)	620.000	79,10	87,01	166,11	67,23	73,96	141,19
Total	**7.620.000**						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de janeiro de 2025, pagos no dia 12 de fevereiro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2025, pagos no dia 8 de maio de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2025, pagos no dia 09 de agosto de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2025, pagos no dia 08 de novembro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 22 de dezembro de 2025, serão pagos no dia 5 de fevereiro de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025.

c) Reservas de Lucro

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 25 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao Programa de Recompra que expirou em 06 de agosto de 2025, novo Programa de Recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 37.463.447 Units, representativas de 37.463.447 ações ordinárias e 37.463.447 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2025, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de junho de 2026 o Banco Santander possuía 370.081.724 ações ordinárias e 397.886.134 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 26 de setembro de 2025, encerrando-se em 26 de março de 2027.

			Em Milhares de Ações
		30/06/2026	31/12/2025
		Quantidade	**Quantidade**
		Units	**Units**
Ações em Tesouraria no Início do Período		**13.666**	**19.451**
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		(8.164)	(5.785)
Ações em Tesouraria no Final do Período		**5.502**	**13.666**
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R$	489.369	717.789
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R$	1.771	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	**R$**	**491.140**	**719.560**

Custo/Cotação da Ação		**Units**	**Units**
Custo Mínimo (*)	R$	7,55	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R$	27,18	27,33
Custo Máximo (*)	R$	49,55	49,55
Cotação da Ação	R$	30,64	28,22

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

12. Impostos sobre a renda

O total dos impostos sobre a renda do período de três meses é conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Resultado Operacional antes da tributação	**8.104.039**	**6.604.796**
Alíquota (25% de Imposto de Renda e 20% de Contribuição Social)	**(3.646.818)**	**(2.972.158)**
PIS e COFINS (líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social) (1)	**(2.387.020)**	**(2.438.035)**
Não tributável / não dedutível:		
Equivalência patrimonial	97.182	90.640
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (2)	1.088.335	911.058
Ajustes:		
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	(16.729)	73.964
Juros sobre o capital próprio	1.800.000	1.350.000
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (3)	444.026	456.634
Outros ajustes	761.219	1.062.617
Impostos sobre a renda	**(1.859.805)**	**(1.465.280)**
Sendo:		
Impostos correntes	(4.524.533)	(4.460.617)
Impostos diferidos	2.664.728	2.995.337
Impostos pagos no período	(3.429.786)	(3.845.626)

(1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(2) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que são diferenças permanentes.

(3) Efeito da diferença da alíquota para as empresas que estão sujeitas à alíquota de contribuição social de 9%, 15% e 17,5%.

13. Detalhamento de contas de resultado

a) Despesas com Pessoal

	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	**01/01 a 30/06/2026**	01/01 a 30/06/2025
Remuneração direta	1.674.370	1.827.363	3.503.758	3.697.901
Encargos	434.396	420.656	817.789	856.022
Benefícios	431.339	451.145	845.566	885.037
Planos de pensão de benefício definido	1.345	1.128	2.667	2.487
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	49.088	42.305	158.846	155.200
Remuneração baseada em ações (1)	65.524	55.296	86.512	83.158
Treinamento	16.122	11.482	31.365	32.522
Outras despesas de pessoal	108.122	126.419	215.679	235.822
Total	**2.780.306**	**2.935.794**	**5.662.182**	**5.948.149**

(1) Refere-se a provisão do bônus referenciado em ações.

b) Outras Despesas Administrativas

	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	**01/01 a 30/06/2026**	01/01 a 30/06/2025
Imóveis, instalações e materiais	186.998	235.517	356.342	412.107
Tecnologia e sistemas	1.063.820	644.833	1.936.480	1.371.138
Publicidade	113.641	114.202	227.084	233.459
Comunicações	62.102	67.320	128.520	143.886
Ajudas de custo e despesas de viagem	52.410	49.735	105.489	104.186
Tributos exceto imposto sobre a renda	34.773	39.358	60.874	75.895
Serviços de vigilância e transporte de valores	85.094	100.754	171.302	206.726
Prêmios de seguros	6.127	7.474	11.349	13.539
Serviços técnicos especializados	366.376	685.117	868.588	1.210.377
Outras despesas administrativas	487.399	353.334	1.040.889	759.081
Total	**2.458.740**	**2.297.644**	**4.906.917**	**4.530.394**

14. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha leva em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação	01/01 a 30/06/2026		01/01 a 30/06/2025	
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2023 a 01/2027	2025 e 2026	R$ 1.375.000	(1)	R$ 1.375.000	(1)
		01/2024 a 12/2027	2025 a 2028	R$ 200.000	(1)	R$ 350.000	(1)
		01/2025 a 12/2028	2026 a 2029	R$ 17.465.000	(1)	R$ 2.500.000	(1)
		01/2022 a 12/2025	2025	R$ —	(2)	R$ 42.940	(2)
		01/2023 a 12/2026	2026	R$ —	(3)	R$ 38.267	(3)
		01/2025 a 12/2028	2027 a 2028	R$ 171.522	SANB11 (4)	R$ —	SANB11 (4)
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Globais	2023		EUR 3,67	—	Ações Globais (5)	—	Ações Globais (5)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030			385.956	Opções sobre ações Globais (5)	420.394	Opções sobre ações Globais (5)
		02/2024		EUR 2,685	—	Ações Globais (5)	—	Ações Globais (5)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029			105.534	Opções sobre ações Globais (5)	105.534	Opções sobre ações Globais (5)
		2025		EUR 3,104	—	Ações Globais (6)	95.786	Ações Globais (5)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030			22.989	Opções sobre ações Globais (6)	61.304	Opções sobre ações Globais (5)
		2026		EUR 3,088	175.476	Ações Globais (7)	175.476	Ações Globais (5)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033			472.469	Opções sobre ações Globais (7)	472.469	Opções sobre ações Globais (5)
		2027		EUR 63,95	5.512	Ações Globais (8)	8.528	Ações Globais (5)
		2027, com limite para exercício das opções até 2032			55.210	Opções sobre ações Globais (8)	80.476	Opções sobre ações Globais (5)
		2028		EUR 71,42	1.279	Ações Globais (8)	1.866	Ações Globais (7) (8)
		2028, com limite para exercício das opções até 2033			6.729	Opções sobre ações Globais (8)	9.007	Opções sobre ações Globais (7)
		2029		EUR 54,14	5.340	Ações Globais (9)	5.340	Ações Globais (7)
		2030		EUR 61,07	5.745	Ações Globais (9)	—	
		12/2025, com pagamento em 2026		R$ 28,92	52.037	SANB11	52.037	SANB11
Saldo dos Planos em 30 de Junho de 2026				R$	19.040.000	(1)	R$ 4.225.000	(1)
					223.559	SANB11 (2) (3) (4)	133.244	SANB11 (2) (3) (4)
					187.607	Ações Globais (5) (6) (7) (8) (9)	286.996	Ações Globais (5) (6) (7) (8) (9)
					1.048.887	Opções sobre ações Globais (5) (6) (7) (8)	1.149.184	Opções sobre ações Globais (5) (6) (7) (8)

(1) Target do plano em Reais, pago em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anterior ao pagamento.
(2) Contratos finalizados, com entrega de 42.940 ações brutas no período, conforme condições estabelecidas no contrato do plano.
(3) Contratos finalizados, com entrega de 29.824 ações brutas no período, conforme condições estabelecidas no contrato do plano. Foram canceladas 8.443 ações.
(4) Planos de Incentivo de Longo Prazo outorgados ao longo do período, com target em ações SANB11.
(5) Target do plano em ações e opções Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
(6) Target do plano em ações e opções sobre ações Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
(7) Target do plano em ações e opções Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
(8) Pagamento parcial do plano em espécie do valor correspondente às ações e opções que se tornaram vested.
(9) Target do plano em ações e opções Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

Planos Globais de ILP (Incentivo a Longo Prazo)

Atualmente, temos planos globais ativos lançados entre 2019 e 2025, com target em ações e opções globais, cujo desenho contempla:

- Definição clara de métricas de performance (financeiras e não financeiras);
- Diferimento plurianual, garantindo foco em resultados sustentáveis;
- Liquidação em ativos ou equivalentes financeiros, com observância das regras de malus e *clawback.*

Essa estrutura alinha-se às melhores práticas internacionais em governança de remuneração, reforçando transparência e disciplina de capital.

Modelo de Precificação

A mensuração dos planos baseia-se no modelo de Volatilidade Local *(Dupire)*, ajustado para incorporar incertezas em dividendos, oferecendo maior precisão na estimativa de valor justo. Os principais parâmetros considerados incluem:

- Preço médio ponderado das ações;
- Preço de exercício;
- Volatilidade implícita e esperada;
- Taxa de juros livre de risco;
- Projeção de dividendos.

As opções possuem vencimentos até 2033, e o preço de exercício corresponde ao valor de mercado na data do exercício, condicionado ao atingimento das metas estabelecidas.

Planos Locais de ILP (Incentivo de Longo Prazo)

Os planos de incentivo de longo prazo locais poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos, geralmente com *vesting* de 3 (três) anos.

Cada plano tem um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 30 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de vesting, o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais ou do valor equivalente às ações/opções no caso dos planos globais, são realizados com restrição de 1 (um) ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos, ou em casos de falha relevante no cumprimento dos requisitos para relatórios financeiros, em conformidade com a Seção 10D, da Exchange Act (SEC), aplicável a empresas com ações listadas na NYSE.

a.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado são reconhecidos linearmente durante o período de vesting na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Programa	**Tipo de Liquidação**		
Local	Ações do Santander (Brasil) e	12.665	3.477
Global	Ações e Opções sobre Ações Globais	1.875	3.169

a.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (Diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 (dois) programas: (i) Coletivo Identificado, que incluem membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle e (ii) Demais Funcionários, com remuneração variável acima de valor mínimo estabelecido em política. O diferimento para ambos os públicos é de 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	**Participantes**	**Tipo de Liquidação**	**01/01 a 30/06/2026**	01/01 a 30/06/2025
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	129.455	134.521
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% instrumentos	97.445	102.797

15. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

(a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);

(b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e

(c) Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

O Banco possui dois segmentos: o Banco Comercial, que inclui pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global), e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

			01/01 a 30/06/2026			01/01 a 30/06/2025
Demonstração (Condensada) do Resultado	**Banco Comercial**	**Banco de Atacado Global**	**Total**	**Banco Comercial**	**Banco de Atacado Global**	**Total**
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	**28.796.880**	**3.113.387**	**31.910.267**	**27.164.420**	**2.596.167**	**29.760.587**
Receitas de instrumentos de patrimônio	2.948	27.895	30.843	4.734	41.654	46.388
Resultado de equivalência patrimonial	179.280	36.680	215.960	169.646	31.777	201.423
Receitas líquidas de tarifas e comissões	7.214.865	1.060.706	8.275.571	7.404.938	1.000.977	8.405.915
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(3.560.786)	1.496.195	(2.064.591)	(1.707.218)	1.757.800	50.582
Outras receitas (despesas) operacionais	(435.897)	(53.231)	(489.128)	(255.213)	(53.446)	(308.659)
TOTAL DE RECEITAS	**32.197.290**	**5.681.632**	**37.878.922**	**32.781.307**	**5.374.929**	**38.156.236**
Despesas com pessoal	(5.047.101)	(615.081)	(5.662.182)	(5.389.266)	(558.883)	(5.948.149)
Outras despesas administrativas	(4.354.387)	(552.530)	(4.906.917)	(4.015.445)	(514.942)	(4.530.387)
Depreciação e amortização	(1.203.968)	(119.069)	(1.323.037)	(1.248.698)	(75.955)	(1.324.653)
Provisões (líquidas)	(3.433.437)	(34.960)	(3.468.397)	(2.335.371)	53.490	(2.281.881)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(13.825.351)	(633.556)	(14.458.907)	(17.139.144)	(249.014)	(17.388.158)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(20.763)	(460)	(21.223)	(177.958)	(4)	(177.962)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	65.779	—	65.779	99.750	—	99.750
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	**4.378.062**	**3.725.976**	**8.104.038**	**2.575.175**	**4.029.621**	**6.604.796**
Hedge Cambial (1)	(184.317)	—	(184.317)	—	—	—
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	**4.193.745**	**3.725.976**	**7.919.721**	**2.575.175**	**4.029.621**	**6.604.796**

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos

			30/06/2026			31/12/2025
Outros:	**Banco Comercial**	**Banco de Atacado Global**	**Total**	**Banco Comercial**	**Banco de Atacado Global**	**Total**
Total do ativo	**1.204.486.157**	**86.072.758**	**1.290.558.915**	**1.180.389.914**	**89.639.551**	**1.270.029.465**
Empréstimos e adiantamentos a clientes	485.318.875	72.867.320	558.186.195	484.676.332	79.872.224	564.548.556
Depósitos de clientes	504.478.352	116.900.436	621.378.788	475.642.024	117.686.772	593.328.796

16. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Para o período de Janeiro a Dezembro de 2026, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2026.

i) Benefícios de curto e longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Remuneração Fixa	77.743	71.103
Remuneração variável - Em espécie	80.367	72.294
Remuneração variável - Em ações	68.121	62.940
Outras	60.737	55.973
Total Benefícios de Curto Prazo	**286.968**	**262.310**
Remuneração variável - Em espécie	112.715	103.952
Remuneração variável - Em ações	95.520	92.048
Total Benefícios de Longo Prazo	**208.235**	**196.000**
Total	**495.203**	**458.310**

Adicionalmente, no semestre findo em 30 de junho de 2026, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R$ 23.905 (30/06/2025 - R$ 22.377).

ii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios poderão ser descontinuados.

b) Operações de crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, ou seja, efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, sendo consideradas partes relacionadas:

(1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
(2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
(3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
(4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;

(5) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
(6) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
(7) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Em Milhares de Ações

30/06/2026

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,3 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	0,0 %	2.696	0,0 %
Administradores (*)	2.941	0,1 %	2.941	0,1 %	5.882	0,1 %
Outros	370.082	9,7 %	397.886	10,8 %	767.968	10,2 %
Total em Circulação	**3.813.193**	**99,9 %**	**3.674.334**	**99,9 %**	**7.487.528**	**99,9 %**
Ações em Tesouraria	5.502	0,1 %	5.502	0,2 %	11.004	0,2 %
Total	**3.818.695**	**100,0 %**	**3.679.836**	**100,0 %**	**7.498.531**	**100,0 %**
"Free Float" (2)	370.082	9,7 %	397.886	10,8 %	767.968	10,2 %

Em Milhares de Ações

31/12/2025

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	0,0 %	2.696	0,0 %
Administradores (*)	3.083	0,1 %	3.083	0,1 %	6.167	0,1 %
Outros	361.775	9,5 %	389.579	10,6 %	751.354	10,0 %
Total em Circulação	**3.805.028**	**99,6 %**	**3.666.169**	**99,6 %**	**7.471.199**	**99,6 %**
Ações em Tesouraria	13.666	0,4 %	13.666	0,4 %	27.332	0,4 %
Total	**3.818.694**	**100,0 %**	**3.679.837**	**100,0 %**	**7.498.531**	**100,0 %**
"Free Float" (2)	361.775	9,5 %	389.579	10,6 %	751.354	10,0 %

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por participação de Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

d) Transações com partes relacionadas

A tabela a seguir apresenta as transações ocorridas entre as empresas do grupo:

	Controladores (1)		Coligadas e de Controle Compartilhado (2)		Pessoal Chave da Administração (3)		Total	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Ativo	**20.607.609**	**14.794.190**	**30.230.770**	**29.515.608**	**123.666**	**129.098**	**50.962.045**	**44.438.896**
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	2.869.325	3.927.271	-	-	45.338	6.711	2.914.663	3.933.982
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	17.548.980	10.865.422	142.097	156.837	-	-	17.691.077	11.022.259
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	29.439.483	28.767.276	52.641	94.320	29.492.124	28.861.596
Outros ativos	189.304	1.497	649.190	591.495	-	-	838.494	592.992
Garantias e Limites	-	-	-	-	25.687	28.067	25.687	28.067
Passivo	**(6.062.370)**	**(3.932.658)**	**(12.303.829)**	**(12.442.585)**	**(232.657)**	**(332.401)**	**(18.598.856)**	**(16.707.644)**
Depósitos de instituições de crédito	(6.053.498)	(3.909.005)	(1.035.585)	(750.775)	-	-	(7.089.083)	(4.659.780)
Depósitos de clientes	-	-	(3.358.474)	(2.623.152)	(107.718)	(72.459)	(3.466.192)	(2.695.611)
Outros passivos financeiros	-	(181)	(6.985.553)	(8.276.298)	-	-	(6.985.553)	(8.276.479)
Outras obrigações	(8.872)	(23.472)	(924.217)	(792.360)	(124.938)	(259.942)	(1.058.027)	(1.075.774)

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	**01/01 a 30/06/2026**	01/01 a 30/06/2025	**01/01 a 30/06/2026**	01/01 a 30/06/2025	**01/01 a 30/06/2026**	01/01 a 30/06/2025
Resultado	**1.903.161**	**3.258.290**	**(195.388)**	**199.313**	**(395)**	**(259.596)**	**1.707.378**	**3.198.007**
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	62.910	105.113	142.497	1.763	210	3.381	205.617	110.257
Garantias e Limites	-	-	-	-	3	12	3	12
Despesas com juros e similares	(73.548)	(30.113)	(141.079)	(138.798)	(634)	(263.188)	(215.261)	(432.099)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(17.720)	(441)	669.519	612.254	-	198	651.799	612.011
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	1.953.107	3.333.457	-	23.378	26	-	1.953.133	3.356.835
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	55.508	87.730	-	-	55.508	87.730
Despesas administrativas e amortização	(21.588)	(149.726)	(921.833)	(387.014)	-	-	(943.421)	(536.740)

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Empresas relacionadas na Nota 5.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.

17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. No nível 2 são classificados, principalmente por Reservas no Banco Central do Brasil (Compromissadas).

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, por Títulos Públicos (NTN-C).

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreçamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, *caps* e *floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, alguns derivativos estruturados.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no período findo em 30 de junho de 2026 e de 31 de dezembro de 2025, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo.

				30/06/2026
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	**91.163.483**	**150.869.916**	**3.043.448**	**245.076.847**
Instrumentos de dívida	86.090.169	18.601.470	932.190	105.623.829
Instrumentos de patrimônio	5.073.314	-	373.851	5.447.165
Derivativos	-	26.178.432	955.590	27.134.022
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	4.508.631	781.817	5.290.448
Reservas no Banco Central do Brasil	-	101.581.383	-	101.581.383
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	**57.742.683**	**225.600**	**4.110.867**	**62.079.150**
Instrumentos de dívida	57.742.667	225.600	4.108.715	62.076.982
Instrumentos de patrimônio	16	-	2.152	2.168
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Ativo)	**-**	**41.989**	**-**	**41.989**
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	**-**	**72.032.273**	**1.169.732**	**73.202.005**
Derivativos	-	21.325.960	1.169.732	22.495.692
Posições vendidas	-	50.252.044	-	50.252.044
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	-	454.269	-	454.269
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Passivo)	**-**	**14.753**	**-**	**14.753**

				31/12/2025
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	**84.368.028**	**174.725.164**	**3.313.957**	**262.407.149**
Instrumentos de dívida	79.505.635	14.889.571	1.150.820	95.546.026
Instrumentos de patrimônio	4.862.393	-	-	4.862.393
Derivativos	-	64.266.589	1.323.617	65.590.206
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	5.574.067	839.520	6.413.587
Reservas no Banco Central do Brasil	-	89.994.937	-	89.994.937
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	**65.444.645**	**-**	**4.001.938**	**69.446.583**
Instrumentos de dívida	65.444.625	-	3.909.595	69.354.220
Instrumentos de patrimônio	20	-	92.343	92.363
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Ativo)	**-**	**217.492**	**-**	**217.492**
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	**-**	**110.545.164**	**1.926.147**	**112.471.311**
Derivativos	-	57.901.839	1.926.147	59.827.986
Posições vendidas	-	49.380.059	-	49.380.059
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	-	3.263.266	-	3.263.266
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Passivo)	**-**	**184.005**	**-**	**184.005**

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante os semestres de 30 de junho de 2026 e de 2025 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor justo 31/12/2025	**Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)**	**Transferências no e/ ou Fora do Nível 3**	**Adições/ (Baixas)**	**Valor Justo 30/06/2026**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	3.313.957	(203.246)	212.995	(280.258)	3.043.448
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	4.001.938	108.929	—	—	4.110.867
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.926.147	(255.506)	(85.769)	(415.140)	1.169.732

	Valor justo 31/12/2024	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/ não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ (Baixas)	Valor Justo 30/06/2025
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	7.123.218	(284.717)	(825.923)	(3.868.243)	2.144.335
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	3.438.024	(101.325)	(108.237)	(58.356)	3.170.106
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	509.368	187.390	(305.806)	(267.576)	123.376

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de *credit default swaps* comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses *credit default swaps* refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

					30/06/2026
Ativo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Disponibilidades	28.089.594	28.089.594	-	28.089.594	-
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	61.588.546	61.588.546	-	30.689.805	30.898.741
Empréstimos e adiantamentos a clientes	552.895.747	553.196.117	-	-	553.196.117
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	126.307.680	125.063.247	63.028.071	-	62.035.176
Reservas no Banco Central do Brasil	90.984.456	90.984.456	-	90.984.456	-
Total	**859.866.023**	**858.921.960**	**63.028.071**	**149.763.855**	**646.130.034**

					31/12/2025
Ativo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Disponibilidades	20.232.729	20.232.729	-	20.232.729	-
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	35.947.923	35.947.923	-	20.311.427	15.636.496
Empréstimos e adiantamentos a clientes	558.134.969	558.401.338	-	-	558.401.338
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	114.708.615	114.803.683	53.703.410	2.426	61.097.847
Reservas no Banco Central do Brasil	91.754.315	91.754.315	-	91.754.315	-
Total	**820.778.551**	**821.139.988**	**53.703.410**	**132.300.897**	**635.135.681**

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros ao custo amortizado do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

					30/06/2026
Passivo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	160.962.783	160.962.783	-	25.304.346	135.658.437
Depósitos de clientes	621.378.788	621.378.788	-	92.319.040	529.059.748
Obrigações por títulos e valores mobiliários	156.704.844	153.831.847	-	-	153.831.847
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	31.657.370	31.657.370	-	-	31.657.370
Outros passivos financeiros	81.085.913	81.085.913	-	-	81.085.913
Total	**1.051.789.698**	**1.048.916.701**	**-**	**117.623.386**	**931.293.315**

					31/12/2025
Passivo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	146.867.521	146.867.521	-	25.279.956	121.587.565
Depósitos de clientes	593.328.796	593.328.796	-	76.561.726	516.767.070
Obrigações por títulos e valores mobiliários	156.662.290	159.163.562	-	-	159.163.562
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	28.113.937	28.113.937	-	-	28.113.937
Outros passivos financeiros	67.414.002	67.414.002	-	-	67.414.002
Total	**992.386.546**	**994.887.818**	**-**	**101.841.682**	**893.046.136**

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes - O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os *spreads* com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito.

Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes - O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Obrigações por títulos e valores mobiliários - Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

Outros passivos financeiros - conforme nota explicativa, incluem substancialmente valores a repassar decorrentes das operações de cartões de crédito, transações pendentes de liquidação e dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, cujo valor contábil é similar ao seu valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na **Nota 1.c.3.1.i**.

18. Outras Divulgações

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor justo:

		30/06/2026		31/12/2025
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Swap - Diferencial a Receber	12.845.918	12.937.649	11.595.591	11.893.221
Prêmios de Opções a Exercer	5.202.599	5.682.469	6.312.487	5.970.844
Contratos a Termo e Outros	9.127.494	3.890.327	47.899.620	42.147.926
Total	**27.176.011**	**22.510.445**	**65.807.698**	**60.011.991**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

			30/06/2026			31/12/2025
Negociação	**Valor Referencial (1)**	**Valor da Curva**	**Valor Justo**	**Valor Referencial (1)**	**Valor da Curva**	**Valor Justo**
Swap	**981.046.973**	**(908.254)**	**(91.731)**	**1.091.352.145**	**(2.221.515)**	**(297.630)**
Ativo	**476.637.303**	**8.064.957**	**12.845.918**	**544.480.673**	**9.298.735**	**11.595.591**
Juros	342.165.398	3.278.986	5.607.187	424.253.131	6.039.353	6.846.017
Moeda Estrangeira	132.041.478	4.785.971	7.229.911	118.489.312	3.257.875	4.746.233
Outros	2.430.427	-	8.820	1.738.230	1.507	3.341
Passivo	**504.409.670**	**(8.973.211)**	**(12.937.649)**	**546.871.472**	**(11.520.250)**	**(11.893.221)**
Juros	460.139.210	(7.690.162)	(11.123.430)	510.279.375	(10.369.508)	(10.349.447)
Moeda Estrangeira	41.925.163	(1.280.323)	(1.290.028)	35.498.945	(1.150.742)	(1.353.372)
Outros	2.345.297	(2.726)	(524.191)	1.093.152	-	(190.402)
Opções	**567.022.194**	**(2.772.958)**	**(479.869)**	**724.241.728**	**(2.364.529)**	**341.643**
Compromissos de Compra	**268.699.708**	**4.532.549**	**5.202.599**	**300.697.253**	**4.436.345**	**6.312.487**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	35.729.501	2.739.946	2.768.810	20.042.978	2.152.833	2.066.252
Opções de Venda Moeda Estrangeira	19.546.723	920.504	1.212.547	15.954.554	855.034	900.935
Opções de Compra Outras	**35.568.725**	**526.495**	**1.152.197**	**12.400.038**	**887.741**	**3.216.466**
Mercado Interfinanceiro	6.637.418	268.161	434.814	5.677.984	555.307	2.287.818
Opções de Risco de Juros	28.931.307	258.334	717.383	6.722.054	332.434	928.648
Opções de Venda Outras	**177.854.759**	**345.604**	**69.045**	**252.299.683**	**540.737**	**128.834**
Mercado Interfinanceiro	516.255	58.764	62.788	204.462	113.366	74.030
Opções de Risco de Juros	177.338.504	286.840	6.257	252.095.221	427.371	54.804
Compromissos de Venda	**298.322.486**	**(7.305.507)**	**(5.682.469)**	**423.544.475**	**(6.800.874)**	**(5.970.844)**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	19.402.528	(950.669)	(952.684)	11.780.868	(629.651)	(430.424)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	10.903.345	(630.089)	(790.967)	12.130.582	(637.961)	(681.040)
Opções de Compra Outras	**74.512.220**	**(4.824.498)**	**(3.033.702)**	**90.098.059**	**(4.452.630)**	**(3.443.887)**
Mercado Interfinanceiro	29.768.868	(3.008.798)	(2.022.055)	25.152.891	(2.505.829)	(1.845.726)
Opções de Risco de Juros	44.743.352	(1.815.700)	(1.011.647)	64.945.168	(1.946.801)	(1.598.161)
Opções de Venda Outras	**193.504.393**	**(900.251)**	**(905.116)**	**309.534.966**	**(1.080.632)**	**(1.415.493)**
Mercado Interfinanceiro	1.159.455	(138.477)	(16.673)	2.860.119	(239.648)	(507.171)
Opções de Risco de Juros	192.344.938	(761.774)	(888.443)	306.674.847	(840.984)	(908.322)
Contratos de Futuros	**713.134.270**	**-**	**-**	**567.709.896**	**-**	**-**
Posição Comprada	**370.747.549**	**-**	**-**	**283.663.279**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	120.221.796	-	-	95.881.997	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	150.104.875	-	-	160.220.757	-	-
Moeda Estrangeira	94.436.501	-	-	21.182.934	-	-
Índice (3)	1.889.718	-	-	3.206.380	-	-

Treasury Bonds/Notes	4.094.659	-	-	3.171.211	-	-
Posição Vendida	**342.386.721**	**-**	**-**	**284.046.617**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	120.221.796	-	-	95.902.371	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	150.104.875	-	-	160.220.757	-	-
Moeda Estrangeira	67.231.738	-	-	21.545.898	-	-
Índice (3)	1.889.718	-	-	3.206.380	-	-
Treasury Bonds/Notes	2.938.594	-	-	3.171.211	-	-
Contratos a Termo e Outros	**539.368.882**	**(11.089.628)**	**5.237.167**	**480.123.205**	**(37.395.965)**	**5.751.694**
Compromissos de Compra	**264.139.627**	**6.455.714**	**9.127.494**	**221.363.620**	**5.957.072**	**47.899.620**
Moedas	200.937.273	5.963.316	7.913.913	154.265.360	5.618.233	8.490.694
Outros	63.202.354	492.398	1.213.581	67.098.260	338.839	39.408.926
Compromissos de Venda	**275.229.255**	**(17.545.342)**	**(3.890.327)**	**258.759.585**	**(43.353.037)**	**(42.147.926)**
Moedas	212.031.417	(17.057.460)	(3.602.292)	191.491.609	(42.844.482)	(2.513.427)
Outros	63.197.838	(487.882)	(288.035)	67.267.976	(508.555)	(39.634.499)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

										Valor Referencial
					Contraparte			Abertura por Vencimento		Mercado de Negociação
				30/06/2026	31/12/2025			30/06/2026		30/06/2026
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)
Swap	277.268.513	420.143.352	283.635.108	981.046.973	1.091.352.145	42.118.738	184.711.554	754.216.681	92.235.489	888.811.484
Opções	86.210.042	14.594.185	466.217.967	567.022.194	724.241.728	203.965.879	250.469.782	112.586.533	413.295.258	153.726.936
Contratos de Futuros	2.809.772	1.232.031	709.092.467	713.134.270	567.709.896	264.104.774	227.743.643	221.285.853	711.902.239	1.232.031
Contratos a Termo e Outros	108.279.310	323.491.667	107.597.905	539.368.882	480.123.205	249.094.823	166.876.210	123.397.849	40.821.414	498.547.468

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados na B3.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen

IV) Hedge Contábil

O Banco no curso normal de suas operações, fica exposto à riscos de mercado que geram assimetrias contábeis ou volatilidade em seu resultado contábil. Para eliminar essas assimetrias ou reduzir a volatilidade, o Banco utiliza contratos de instrumentos financeiros derivativos (*Swap* e Futuros) e que são designados a estruturas de *Hedge* Contábil de valor justo ou de fluxo de caixa.

IV.I) Hedge de Valor Justo

A estratégia de *hedge* de valor justo do Banco tem o objetivo de proteger o valor justo de ativos e passivos, decorrentes de oscilação na taxa de juros referencial (CDI, SELIC, SOFR) e taxas pré-fixadas ; na oscilação de moedas (Risco Cambial) e/ou na oscilação de índice de preços (IPCA). O Banco acompanha cada estrutura de *hedge* avaliando sua eficácia conforme determina o IFRS 9.

						30/06/2026
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
Hedge de Valor Justo	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Contratos de Swap	**1.618.549**	**1.673.960**	**1.533.450**	**1.533.450**	**85.099**	**140.510**
Hedge de Operações de Crédito	1.104.343	1.158.611	1.035.320	1.035.320	69.023	123.291
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	514.206	515.349	498.130	498.130	16.076	17.219
Contratos de Futuros	**54.421.525**	**54.236.882**	**53.917.530**	**53.690.237**	**503.995**	**546.645**
Hedge de Operações de Crédito	6.769.229	6.761.147	6.637.870	6.604.708	131.359	156.439
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	42.273.160	42.564.550	42.225.802	42.498.951	47.358	65.599
Hedge de Captações	5.379.136	4.911.185	5.053.858	4.586.578	325.278	324.607

						31/12/2025
Estratégias	**Valor Contábil**		**Notional**		**Ajuste a Valor Justo**	
Hedge de Valor Justo	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**
Contratos de Swap	**1.772.953**	**1.772.396**	**1.664.551**	**1.664.551**	**108.402**	**107.845**
Hedge de Operações de Crédito	1.206.323	1.208.934	1.166.421	1.166.421	39.902	42.513
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	566.630	563.462	498.130	498.130	68.500	65.332
Contratos de Futuros	**62.479.883**	**58.971.531**	**61.963.365**	**58.383.294**	**516.518**	**588.237**
Hedge de Operações de Crédito	1.734.576	1.580.811	1.565.217	1.384.510	169.359	196.301
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	55.187.708	52.690.842	55.116.924	52.602.490	70.784	88.352
Hedge de Captações	5.557.599	4.699.878	5.281.224	4.396.294	276.375	303.584

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

				30/06/2026	31/12/2025
Estratégias	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**Acima de 12 Meses**	**Total**	**Total**
Hedge de Valor Justo					
Contratos de Swap	**1.035.320**	**-**	**498.130**	**1.533.450**	**1.664.551**
Hedge de Operações de Crédito	1.035.320	-	-	1.035.320	1.166.421
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	498.130	498.130	498.130
Contratos de Futuros	**5.341.443**	**17.180.425**	**31.168.369**	**53.690.237**	**58.383.294**
Hedge de Operações de Crédito	944.601	4.749.414	910.693	6.604.708	1.384.510
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.015.605	12.205.899	27.277.447	42.498.951	52.602.490
Hedge de Captações	1.381.237	225.112	2.980.229	4.586.578	4.396.294

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do Banco consistem em *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

Em *hedges* de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes – *hedges* de fluxo de caixa" até que as transações previstas ocorram , quando então essa parcela é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto, se as transações previstas resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro.

	30/06/2026	31/12/2025
Estrutura de Hedge	**Parcela Efetiva Acumulada**	**Parcela Efetiva Acumulada**
Hedge de Fluxo de Caixa		
CDB	55.120	(367.808)
Total	**55.120**	**(367.808)**

						30/06/2026
Estratégias	**Valor Contábil**		**Notional**		**Ajuste a Valor Justo**	
Hedge de Fluxo de Caixa	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**
Contratos de Futuros	**85.254.442**	**85.190.475**	**85.317.560**	**85.270.900**	**(63.118)**	**(80.425)**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	622.044	264.455	746.660	400.000	(124.616)	(135.545)
Hedge de Captações	84.632.398	84.926.020	84.570.900	84.870.900	61.498	55.120

						31/12/2025
Estratégias	**Valor Contábil**		**Notional**		**Ajuste a Valor Justo**	
Hedge de Fluxo de Caixa	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**
Contratos de Futuros	**75.691.789**	**76.698.781**	**76.258.560**	**76.698.781**	**(566.771)**	**(626.619)**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	5.803.656	6.864.200	6.048.160	6.864.200	(244.504)	(250.800)
Hedge de Captações	69.888.133	69.834.581	70.210.400	69.834.581	(322.267)	(375.819)

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem a operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

				30/06/2026	31/12/2025
Estratégias	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**Acima de 12 Meses**	**Total**	**Total**
Contratos de Futuros	**8.325.000**	**28.034.600**	**48.911.300**	**85.270.900**	**77.325.400**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	400.000	400.000	7.115.000
Hedge de Captações	8.325.000	28.034.600	48.511.300	84.870.900	70.210.400

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

		Valor Nominal
	30/06/2026	31/12/2025
	Risco Transferido - Swap de Crédito	**Risco Transferido - Swap de Crédito**
Swap de Créditos	8.479.082	7.950.397
Total	**8.479.082**	**7.950.397**

Durante o semestre não houve risco retido referente a Swap de taxa de retorno.
Durante o semestre não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

		30/06/2026		31/12/2025
Exposição - Brutos	**Acima de 12 Meses**	**Total**	**Acima de 12 Meses**	**Total**
Por Instrumento: CDS	8.479.082	8.479.082	7.950.397	7.950.397
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	8.479.082	8.479.082	7.950.397	7.950.397
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	8.479.082	8.479.082	7.950.397	7.950.397

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 (atual denominação social da BM&F Bovespa) com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta em sua maior parcela por títulos públicos federais.

	30/06/2026	31/12/2025
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	13.513.379	18.735.636
Letras do Tesouro Nacional - LTN	19.290.954	15.971.113
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.203.563	7.063.913
Total	**35.007.896**	**41.770.662**

b) Limites Operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021.

O valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação, em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN nº 4.966, deverá impactar o capital de forma faseada, seguindo as instruções e calendário da Resolução CMN nº 5.199.

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio de Referência Nível I	94.594,4	94.548,4
Capital Principal	86.474,8	86.426,5
Capital Complementar	8.119,6	8.121,9
Patrimônio de Referência Nível II	24.103,1	20.521,2
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	**118.697,6**	**115.069,5**
Risco de Crédito (1)	640.241,1	627.239,5
Risco de Mercado (2)	40.837,9	45.564,2
Risco Operacional	92.832,0	74.911,2
Total de RWA (3)	**773.911,0**	**747.714,9**
Índice de Basileia Nível I	**12,22**	**12,64**
Índice de Basileia Capital Principal	**11,17**	**11,56**
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	**15,34**	**15,39**

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.

(2) As exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada e abordagem por modelos internos. A abordagem padronizada inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcam), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAcva).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN n° 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/2020, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2026.

Carteira Negociação				**Consolidado**
Fatores de Risco	**Descrição**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(1.043)	(35.671)	(71.342)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(39)	(193)	(385)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(7.169)	(22.225)	(44.450)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(3.009)	(45.847)	(91.694)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1.967)	(5.893)	(11.786)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(5.489)	(137.221)	(274.442)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(3.169)	(30.959)	(61.919)
Ações e índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(228)	(5.705)	(11.410)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(428)	(10.700)	(21.399)
Total (1)		**(22.541)**	**(294.414)**	**(588.827)**

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking				**Consolidado**
Fatores de Risco	**Descrição**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(33.734)	(1.258.184)	(2.547.939)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(42.460)	(1.564.954)	(2.764.159)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(33.728)	(625.236)	(1.156.618)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(21.332)	(298.903)	(572.475)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(3.862)	(41.444)	(85.295)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(3.476)	(386.138)	(894.840)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	1.169	29.224	58.447
Total (1)		**(137.423)**	**(4.145.635)**	**(7.962.879)**

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);
Cenário 2: choque de +25% e -25%% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

d) Fundos geridos e administrados não registrados no balanço

O Conglomerado Santander tem fundos sob gestão, em que não possui participação significativa, não atua como "principal" e não detém cotas desses Fundos. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos mediante o poder decisório. Ademais, o Banco, como gestor dos fundos, atua na análise de regime de remuneração, que são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, atua como "principal".

Os fundos administrados pelo Conglomerado Santander não registrados no balanço são os seguintes:

	30/06/2026	31/12/2025
Fundos administrados	267.598.148	227.012.763
Total	**267.598.148**	**227.012.763**

e) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R$ 136.452.702 e R$ 146.156.911, respectivamente.

19. Eventos Subsequentes

a) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 10 de julho de 2026, aprovou a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Fizeram jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas que se encontravam inscritos nos registros do Banco no final do dia 21 de julho de 2026 (inclusive). Dessa forma, a partir de 22 de julho de 2026 (inclusive), as ações do Banco foram negociadas "Ex-Juros sobre o Capital Próprio". O valor dos Juros sobre o Capital Próprio serão pagos a partir do dia 06 de agosto de 2026. Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

b) Incorporação da Santander Leasing pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 1º de julho de 2026, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander Brasil") recebeu a homologação do Banco Central do Brasil referente à incorporação da Santander Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing"), conforme aprovado pelas Assembleias Gerais das duas companhias realizadas em 28 de novembro de 2025.
Com a homologação pelo Banco Central do Brasil, foram atendidas todas as condições necessárias para a conclusão da operação, que passou a produzir efeitos a partir daquela data.
A incorporação não resultou em aumento do capital social do Santander Brasil, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Santander Leasing era de sua titularidade. Dessa forma, o investimento já se encontrava integralmente reconhecido nas demonstrações financeiras do Santander Brasil pelo método da equivalência patrimonial, não havendo impacto patrimonial decorrente da incorporação.

ANEXO I – Demonstração Consolidada Condensada do Valor Adicionado

	01/01 a 30/06/2026		01/01 a 30/06/2025	
Receitas com juros e similares	85.473.714		79.395.832	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	8.275.571		8.405.915	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(14.458.907)		(17.388.158)	
Outras Receitas e Despesas	(3.260.766)		601.517	
Despesas com juros e similares	(53.563.447)		(49.635.245)	
Insumos de Terceiros	**(4.769.540)**		**(4.516.181)**	
Material, Energia e Outros	(356.342)		(412.107)	
Serviços de Terceiros	(3.331.974)		(3.165.586)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(21.223)		(177.962)	
Outros	(1.060.001)		(760.526)	
Valor Adicionado Bruto	**17.696.625**		**16.863.680**	
Retenções				
Depreciações e Amortizações	(1.323.037)		(1.324.653)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	**16.373.588**		**15.539.027**	
Resultado de Participações em Coligadas e controle em conjunto	215.960		201.423	
Valor Adicionado Total a Distribuir	**16.589.548**		**15.740.450**	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	**4.992.134**	**30,1 %**	**5.258.492**	**33,4 %**
Remuneração	3.590.270		3.781.059	
Benefícios	1.007.079		1.042.724	
FGTS	299.765		281.671	
Outras	95.020		153.038	
Impostos, Taxas e Contribuições	**5.255.456**	**31,7 %**	**5.226.169**	**33,2 %**
Federais	5.250.231		5.221.452	
Municipais	5.225		4.717	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	**97.725**	**0,6 %**	**116.280**	**0,7 %**
Remuneração de Capitais Próprios	**6.244.233**	**37,6 %**	**5.139.509**	**32,7 %**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	4.000.000		3.000.000	
Reinvestimentos de Lucros	2.111.748		2.036.860	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	132.485		102.649	
Total	**16.589.548**	**100,0 %**	**15.740.450**	**100,0 %**

Composição dos Órgãos da Administração em 30 de junho de 2026

Conselho de Administração

Deborah Stern Vieitas – Presidente (independente)
Javier Maldonado Trinchant – Vice - presidente
Antonio Carlos Quintella - Conselheiro (independente)
Cristiana Almeida Pipponzi – Conselheira (independente)
Cristina San Jose Brosa - Conselheira
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
Ede Ilson Viani - Conselheiro
Mario Roberto Opice Leão - Conselheiro (1)
Nitin Prabhu - Conselheiro
Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)
Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Conselheira

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
Luiz Carlos Nannini - Membro Técnico Qualificado
Andrea Maria Ramos Leonel – Membro
René Luiz Grande – Membro

Comitê de Riscos e Compliance

Antonio Carlos Quintella - Coordenador
Cristina San Jose Brosa - Membro
Deborah Stern Vieitas – Membro
Jaime Leôncio Singer - Membro
José Mauricio Pereira Coelho - Membro

Comitê de Sustentabilidade

Cristiana Almeida Pipponzi - Coordenadora
Deborah Stern Vieitas - Membro
Vivianne Naigeborin - Membro
Tasso Rezende de Azevedo – Membro

Comitê de Inovação e Tecnologia

Nitin Prabhu - Coordenador
Deborah Stern Vieitas - Membro
Ede Ilson Viani - Membro
Eduardo Alvarez Garrido - Membro
Gilberto Duarte de Abreu Filho - Membro
Guilherme Horn - Membro
Marco Jose Miguel Bressan - Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Deborah Stern Vieitas - Coordenadora
Deborah Patricia Wright – Membro
Cristiana Almeida Pipponzi - Membro
Javier Maldonado Trinchant – Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright – Coordenadora
Deborah Stern Vieitas - Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giorgi – Membro
Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Membro

(1) Em reunião realizada em 30 de junho de 2026, o Conselho de Administração deliberou sobre a exoneração do Sr. Mario Roberto Opice Leão do cargo de Diretor Presidente e tomou ciência da sua renúncia aos cargos de membro do Conselho de Administração e do Comitê de Inovação e Tecnologia da Companhia. Na mesma reunião, foi confirmada a posse do Sr. Gilson Finkelsztain no cargo de Diretor Presidente da Companhia, a partir de 1º de julho de 2026.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão (1)

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Carlos Ignacio Muñiz Gonzalez Blanch

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
André Juaçaba de Almeida
Carlos Díaz Álvarez
Carlos Ignacio Muñiz Gonzalez Blanch
Cezar Augusto Janikian
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Elena Lanciego Perez

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias
Alexandre Guimarães Soares
Alexandre Teixeira de Araujo
Camila Stolf Toledo
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus De Queiroz
Claudenice Lopes Duarte
Claudia Chaves Sampaio
Daniel Mendonça Pareto
Denis Ferro Junior
Eduardo Alvarez Garrido
Eduardo Luis Sasaki
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Gustavo de Sousa Santos
Izabella Ferreira Costa Belisario
Jean Paulo Kambourakis
Leonardo Augusto de Andrade Barbosa
Leonardo Mendes Cabral
Marcelo Aleixo
Marcos Jose Maia da Silva
Mariana Cahen Margulies
Mauricio Caliggiuri Inforçati
Michele Soares Ishii
Nicolás Vergara
Pablo Agote Alique
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Fernando Alves Lima
Paulo Sérgio Duailibi
Rafael Abujamra Kappaz
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Robson de Souza Rezende
Rudolf Gschliffner
Sandro Mazerino Sobral
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vítor Ohtsuki

Contadora

Anna Paula Dorce Armonia – CRC Nº 1SP – 198352/9

(1) Em reunião realizada em 30 de junho de 2026, o Conselho de Administração deliberou sobre a exoneração do Sr. Mario Roberto Opice Leão do cargo de Diretor Presidente e tomou ciência da sua renúncia aos cargos de membro do Conselho de Administração e do Comitê de Inovação e Tecnologia da Companhia. Na mesma reunião, foi confirmada a posse do Sr. Gilson Finkelsztain no cargo de Diretor Presidente da Companhia, a partir de 1º de julho de 2026.

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria, entre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da adequação das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Ainda, o Comitê de Auditoria recomenda, sempre que julgar necessário e aplicável, a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

O Comitê de Auditoria é composto por quatro membros independentes, reeleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2026. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores (interno e externo) e especialistas (locais e do Conglomerado, se necessário), e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, tomando as iniciativas adicionais necessárias para exercer seu dever de diligência. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, dos resultados das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos, Compliance e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, mediante reportes regulares do coordenador do Comitê nas reuniões do Conselho de Administração.

No tocante às suas atribuições, durante o período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de julho de 2026, o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria procedeu à análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e Empresas Controladas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro, referentes ao primeiro semestre de 2026, confirmando sua adequação e recomendando ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Para o exercício dessa análise e recomendação, o Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes, com a Vice-Presidência Financeira, e com os profissionais responsáveis pela Controladoria e elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua recomendação de aprovação ao Conselho de Administração e divulgação ao mercado.

Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria participou regularmente das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos, com a Diretoria de Compliance, Controles Internos e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate a Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulação vigente.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área de Auditoria Interna e seus representantes em diversas ocasiões durante o primeiro semestre de 2026, e além de ter acompanhado os reportes acerca da evolução do Plano de Auditoria interna 2026, dos trabalhos executados, verificou os relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque: (i) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "Necessita Melhora Moderada/ Necessita Melhora Significativa"; (ii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; e (iii) ao atendimento às demandas dos órgãos reguladores e (iv) às eventuais recalendarizações de planos de ação. Em diversas oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no primeiro trimestre e segundo trimestre de 2026 Nessas reuniões tiveram destaque: discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro trimestre e do segundo trimestre de 2026, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA´s) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos. Além disto, o Comitê reuniu-se com o Auditor Independente em sessões executivas para debater temas de interesse, como

ativos digitais e criptomoedas. O Comitê de Auditoria avaliou, sob a perspectiva da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência, as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, aprovando-as de acordo com a Política de Aprovação de Serviços de Auditoria.

O Comitê também se reuniu com os auditores independentes do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado, respectivamente, KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2025 e com a Forvis-Mazars, responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras para o ciclo que se iniciou em 2026.

Ouvidoria

Em consonância com a regulação vigente, acompanhou os trabalhos executados, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos de 2026, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, para o semestre findo em 30 de junho de 2026, tanto do Banco Santander (Brasil) e Coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria.

Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria monitora os Ofícios recebidos de órgãos reguladores, acompanha as inspeções em andamento e atua sobre os resultados e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores, planos de ação e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, bem como monitora as novas regulações, mantendo reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup.

Partes Relacionadas

Durante o período compreendido nesse relatório, o Comitê de Auditoria monitorou e avaliou as transações com partes relacionadas, aprofundando seu entendimento a partir de reuniões internas com as contrapartes, assim como solicitando opiniões independentes sempre que necessário. Nos casos de transações com partes relacionadas com contrapartes globais, o Comitê interagiu também com seus responsáveis globais.

Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar o acompanhamento dos seguintes temas: (i) capital regulatório; (ii) monitoramento de segurança cibernética; (iii) Sustentabilidade, em conjunto com o Comitê de Sustentabilidade; (iv) Conduta, PLD/CFT, KYC, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (v) atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vi) contencioso fiscal, trabalhista e cível; (vii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (viii) provisões e temas relacionados à PCLD.

No período, os membros do Comitê de Auditoria participaram também de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e Empresas Controladas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro, para o semestre findo em 30 de junho de 2026, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 28 de julho de 2026.

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
Luiz Carlos Nannini – Especialista Financeiro
René Luiz Grande
Andrea Maria Ramos Leonel